



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

VITÓRIA ALVES DE MORAIS

**OS DIREITOS HUMANOS E A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE
NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES:
UMA ANÁLISE DAS EMENTAS DOS CURSOS DE
LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA**

VITÓRIA ALVES DE MORAIS

**OS DIREITOS HUMANOS E A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE
NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES:
UMA ANÁLISE DAS EMENTAS DOS CURSOS DE
LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lopes Fonseca.

Londrina
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de
Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

MORAIS, Vitória Alves de Moraes.

Os direitos humanos e a privação de liberdade na formação inicial de professores: uma análise das ementas dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina / Vitória Alves de Moraes. - Londrina, 2026. 119 f.

Orientador: Ricardo Lopes Fonseca.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2026.

1. Formação Inicial - Tese. 2. Formação de Professores - Tese. 3. Educação na Privação de Liberdade - Tese. I. Fonseca, Ricardo Lopes Fonseca. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU 37

VITÓRIA ALVES DE MORAIS

**OS DIREITOS HUMANOS E A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE
NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES:
UMA ANÁLISE DAS EMENTAS DOS CURSOS DE
LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lopes Fonseca
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Francismara Neves de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Angela Maria de Sousa Lima
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 06 de março de 2026.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por nunca me desamparar e mostrar o caminho quando necessário.

À minha família, em especial meus pais e a minha irmã Fernanda, que sempre fizeram questão de enfatizar que a educação é o caminho. Vocês nunca mediram esforços para que eu conseguisse alcançar meus objetivos acadêmicos, profissionais e pessoais, além de sempre compreenderem determinadas ausências.

Ao Manoel, Joaquim e à Olívia que me acompanharam durante todo o meu processo de escrita e foram meu alicerce em muitos momentos.

À todos os meus amigos garcenses, em especial o Vinicius Falcão, que sempre foram um ombro amigo e uma válvula de escape nos momentos de dificuldade.

À todos os meus amigos de Londrina, em especial as amigadas que a geografia me trouxe, por se tornarem um lar em meio às turbulências e serem minha rede de apoio longe da minha família.

Às minhas queridas amigas Ana, Juliana e Sabrina, que compartilharam a trajetória do mestrado comigo e se tornaram pessoas essenciais na minha vida.

Aos meus colegas de trabalho da Escola de Educação Básica Frei Policarpo, que torceram pela conclusão desse ciclo.

Ao professor Ricardo Lopes Fonseca que me acompanhou durante todo o meu processo acadêmico, desde 2019, e sempre se mostrou disposto para escutar e auxiliar.

Dedico este trabalho à minha tia Ivone (*in memoriam*), que sempre me incentivou e impulsionou.

MORAIS, Vitória Alves de. **Os direitos humanos e a privação de liberdade na formação inicial de professores:** uma análise das ementas dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina. 2026. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

RESUMO

Este trabalho está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina, na Linha de Pesquisa Aprendizagem e Desenvolvimento Humano em Contextos Escolares. Partindo do pressuposto que o professor não atua somente nas unidades escolares, mas também em outros espaços educativos, destaca-se que a Universidade Estadual de Londrina oferta atualmente 16 cursos de licenciatura, e este estudo tem como objetivo geral analisar as ementas desses cursos para identificar disciplinas relacionadas às temáticas de direitos humanos e/ou privação de liberdade. Considera-se que, durante a formação inicial, os futuros professores devem ter contato com questões que atravessam sua futura prática profissional. Como objetivos específicos, buscou-se: mapear as ementas dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina antes e após o período de reformulação dos cursos em questão a fim de categorizar as mudanças acerca da oferta de disciplinas a respeito da privação de liberdade e/ou direitos humanos; identificar quais são os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina que oferecem um número maior de disciplinas bem como de carga horária das temáticas da privação de liberdade e/ou direitos humanos. O recorte temporal da análise compreende o período de 2019 a 2023, período em que os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). A partir da busca por palavras-chave nos ementários, foi possível localizar disciplinas pertinentes, embora nem todos os cursos apresentassem registros relacionados às temáticas. A relevância do estudo consiste na necessidade de que a formação inicial contribua para a formação de profissionais capazes de atuar em diferentes contextos educacionais, inclusive no sistema prisional. Contudo, observa-se que não são todas as licenciaturas da Universidade Estadual de Londrina que contemplam essa preocupação em seus currículos. Assim, este trabalho contribui para a reflexão sobre as demandas formativas dos cursos de licenciatura, responsáveis por preparar os profissionais que, por sua vez, formarão todas as demais profissões.

Palavras-chave: Formação Inicial; Formação de Professores; Educação na Privação de Liberdade.

MORAIS, Vitória Alves de. **Human rights and deprivation of liberty in initial teacher education**: an analysis of the course syllabi of undergraduate teacher education programs at the State University of Londrina. 2026. 114 f. Dissertation (Master's degree in Education) – Center for Education, Communication and Arts, State University of Londrina, Londrina, 2026.

ABSTRACT

This study is linked to the Graduate Program in Education at the State University of Londrina, within the Research Line *Learning and Human Development in School Contexts*. Based on the assumption that teachers do not work exclusively in school units but also in other educational spaces, it is highlighted that the State University of Londrina currently offers 16 undergraduate teacher education programs. The general objective of this study is to analyze the course syllabi of these programs in order to identify subjects related to the themes of human rights and/or deprivation of liberty. It is understood that, during initial teacher education, future teachers should engage with issues that permeate their prospective professional practice. As specific objectives, the study sought to: map the syllabi of the undergraduate teacher education programs at the State University of Londrina before and after the curriculum reform process, in order to categorize changes regarding the offering of subjects related to deprivation of liberty and/or human rights; and identify which teacher education programs offer a greater number of subjects, as well as a higher workload, addressing the themes of deprivation of liberty and/or human rights. The temporal scope of the analysis covers the period from 2019 to 2023, during which the teacher education programs at the State University of Londrina implemented their pedagogical course projects based on the proposed curriculum reforms. The research is characterized as bibliographical, exploratory in nature, with a qualitative approach, grounded in the content analysis method proposed by Bardin (2016). Through a keyword search in the course syllabi, it was possible to identify relevant subjects, although not all programs presented records related to the themes under investigation. The relevance of the study lies in the need for initial teacher education to contribute to the training of professionals capable of working in different educational contexts, including the prison system. However, it is observed that not all teacher education programs at the State University of Londrina address this concern in their curricula. Thus, this study contributes to reflections on the formative demands of teacher education programs, which are responsible for preparing professionals who, in turn, will educate all other professions.

Key-words: Initial Teacher Education; Teacher Education; Education in Contexts of Deprivation of Liberty.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Atividades Educacionais na Privação de Liberdade (2024)	35
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Estratégias em português de busca Portal de Periódicos CAPES, quantitativo de trabalhos localizados e selecionados.....	22
Quadro 02 - Descrição das Pesquisas Selecionadas por meio dos Descritores em português	24
Quadro 03 - Estratégias em inglês de busca Portal de Periódicos CAPES, quantitativo de trabalhos localizados e selecionados.....	26
Quadro 04 - Descrição das Pesquisas Selecionadas por meio dos Descritores em inglês.....	27
Quadro 05 - Estratégias em espanhol de busca Portal de Periódicos CAPES, quantitativo de trabalhos localizados e selecionados.....	28
Quadro 06 - Descrição das Pesquisas Selecionadas por meio dos Descritores em espanhol.....	29
Quadro 07 - Projetos de Pesquisa da UEL que Contemplam a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos	48
Quadro 08 - Projetos de Ensino da UEL que Contemplam a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos	50
Quadro 09 - Projetos de Extensão da UEL que Contemplam a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos	51
Quadro 10 - Quantidade Total de Projetos da UEL que Contemplam a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos	52
Quadro 11 - Quantidade de Disciplinas e Carga Horária Referente à Privação de Liberdade ou Direitos Humanos em 2019.....	56
Quadro 12 - Quantidade de Disciplinas e Carga Horária Referente à Privação de Liberdade ou Direitos Humanos em 2023.....	57
Quadro 13 - Disciplinas do Curso de Artes Visuais/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019)	59
Quadro 14 - Disciplinas do Curso de Artes Visuais/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023)	60
Quadro 15 - Disciplinas do Curso de Ciências Biológicas/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos	

Humanos (2019)	61
Quadro 16 - Disciplinas do Curso de Geografia/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).....	62
Quadro 17 - Disciplinas do Curso de Ciências Sociais/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019)	3
Quadro 18 - Disciplinas do Curso de Ciências Sociais/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023)	64
Quadro 19 - Disciplinas do Curso de Computação/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023)	66
Quadro 20 - Disciplinas do Curso de Educação Física/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019)	67
Quadro 21 - Disciplinas do Curso de Educação Física/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023)	67
Quadro 22 - Disciplinas do Curso de Filosofia/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019)	69
Quadro 23 - Disciplinas do Curso de Filosofia/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023)	70
Quadro 24 - Disciplinas do Curso de Física/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023)	70
Quadro 25 - Disciplinas do Curso de Geografia/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).....	72
Quadro 26 - Disciplinas do Curso de Geografia/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).....	74

Quadro 27 - Disciplinas do Curso de História/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019)	75
Quadro 28 - Disciplinas do Curso de História/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2021)	76
Quadro 29 - Disciplinas do Curso de História/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023)	77
Quadro 30 - Disciplinas do Curso de Letras Espanhol/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019)	79
Quadro 31 - Disciplinas do Curso de Letras Espanhol/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023)	81
Quadro 32 - Disciplinas do Curso de Letras-Inglês/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019)	82
Quadro 33 - Disciplinas do Curso de Letras-Inglês/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023)	84
Quadro 34 - Disciplinas do Curso de Letras-Português/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019)	87
Quadro 35 - Disciplinas do Curso de Letras-Português/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023)	88
Quadro 36 - Disciplinas do Curso de Letras-Português/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2024)	88
Quadro 37 - Disciplinas do Curso de Matemática/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).....	89
Quadro 38 - Disciplinas do Curso de Matemática/Licenciatura que Contempla	

a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).....	90
Quadro 39 - Disciplinas do Curso de Música/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019)	91
Quadro 40 - Disciplinas do Curso de Música/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023)	91
Quadro 41 - Disciplinas do Curso de Pedagogia/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).....	93
Quadro 42 - Disciplinas do Curso de Pedagogia/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).....	94
Quadro 43 - Disciplinas do Curso de Química/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019)	95
Quadro 44 - Disciplinas do Curso de Química/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023)	96
Quadro 45 - Cursos da UEL que no Ementário Possuem Disciplinas Voltadas aos Direitos Humanos	98
Quadro 46 - Cursos da UEL que no Ementário Possuem Disciplinas Voltadas à Privação de Liberdade	99
Quadro 47 - Cursos da UEL que no Ementário Possuem Disciplinas Relacionadas à Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos.....	99

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAAEP	Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Estudantes em Privação de Liberdade da Universidade Estadual de Londrina
CAfe	Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
CNEDH	Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Ensino à Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPJA	Educação de Pessoas Jovens e Adultas
LEP	Lei de Execução Penal
LGBTQIA+	Representa a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, englobando lésbicas, <i>gays</i> , bissexuais, transgêneros/travestis, <i>queer</i> , intersexuais e assexuais, com o "+" incluindo outras identidades
OF	Ofício
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoa com Deficiência
PEEDH-PR	Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
RELIPEN	Relatório de Informações Penais
SASE	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEBEC	Serviço de Bem-Estar à Comunidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SDHPR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SEE	Secretarias Estaduais de Educação
SESU	Secretaria de Educação Superior
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEL	Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	ESTADO DA ARTE	21
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	33
3.1	Educação na privação de liberdade	33
4	DIREITOS HUMANOS	40
4.1	A garantia dos direitos humanos.....	40
4.2	Diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos	43
4.3	Plano estadual de educação em direitos humanos do Paraná	45
4.4	Universidade Estadual de Londrina	46
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
5	ANÁLISE DO EMENTÁRIO	59
5.1	Artes visuais	59
5.2	Ciências biológicas	60
5.3	Ciências sociais	63
5.4	Computação	65
5.5	Educação física	67
5.6	Filosofia	68
5.7	Física	70
5.8	Geografia	72
5.9	História	75
5.10	Letras/Espanhol	79
5.11	Letras/Inglês	82
5.12	Letras/Português	86
5.13	Matemática	89
5.14	Música	90
5.15	Pedagogia	92
5.16	Química	95
5.17	Síntese	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS	105

PRÓLOGO

Sou natural de Garça/SP, nasci e cresci nessa cidade de 43 mil habitantes. Meu pai, professor de educação física, e minha mãe, técnica de enfermagem, sempre batalharam bastante para conseguirem dar as melhores condições para a minha irmã e para mim. Estudei em escola particular desde o pré até o ensino médio, com bolsa de estudos de 100%.

Quando temos acesso a pessoas tão diferentes de nós, os mundos se chocam, senti isso durante toda a minha vida escolar, pois sempre me relacionei com pessoas que tinham perspectivas e vocações de vida bem distintas às minhas.

Porém, como bolsista sempre precisei tirar boas notas, por isso que por muitas vezes ajudava meus colegas antes das provas com meus resumos e explicações sobre determinados assuntos. Durante o ensino médio eu percebi que cada agradecimento por ter conseguido determinada nota, era como se a minha bateria ‘recarregasse’. Então, quando percebi que a vontade já era latente: queria ser professora.

Em um determinado momento do meu 2º ano do ensino médio, eu já sabia que gostaria de me graduar na Universidade Estadual de Londrina, porque eu tinha dois professores que eram grandes referências para mim que haviam estudado na UEL. Mas escolher a profissão aos 16/17 anos é uma missão muito difícil. No intuito de tentar descobrir qual seria a disciplina que eu lecionaria, como treineira fiz vestibular para ciências biológicas, no 2º ano. No 3º ano já havia percebido que não eram as ciências biológicas que faziam meus olhos brilharem... como eu adorava as aulas de gramática e redação, prestei o vestibular para letras.

O ano de 2019 foi muito marcante pois comecei a morar sozinha em outro estado, longe da minha família e dos meus amigos. O primeiro desafio? Superar a ausência. O segundo desafio? Me encontrar profissionalmente. Não consegui superar o segundo desafio. Comecei o ano letivo em letras e não me sentia pertencente àquilo ali. Resultado? Dois meses depois participei do processo de seleção de vagas remanescentes da Universidade Estadual de Londrina e consegui entrar em geografia.

A geografia era uma matéria que eu gostava durante o meu percurso na escola, mas não optei por tal no vestibular porque a geografia do Paraná era um conteúdo específico do vestibular, ou seja, eu teria que estudar todos os conteúdos pragmáticos + geografia do Paraná, na época não achei que fazia tanto sentido.

Hoje em dia, mais madura, vejo que minha trajetória deveria mesmo ter sido assim, porque conheci pessoas incríveis no meio do caminho que me auxiliaram e me instruíram da melhor maneira possível. Portanto, quando cheguei na geografia era um novo mundo que eu estava descobrindo (e eu estava muito feliz por estar descobrindo!).

Assim eu conheci o sentimento de pertencimento, a sensação de que eu estava no momento certo e na hora certa me graduando naquilo que realmente preenchia meu coração. Obviamente que não foi fácil, tiveram muitos percalços no meio do caminho, como a pandemia de COVID-19.

Durante meu segundo ano de graduação um pesadelo assolou todo o mundo. Foi assustador, ainda mais ficar longe da minha família por tanto tempo. A UEL implantou o Ensino Remoto Emergencial, com aulas *online*, ou seja, o Estágio na Privação de Liberdade que eu estava tão animada para fazer, se resumiu a palestras pela tela do computador.

Quando li a ementa do curso pela primeira vez, o Estágio na Privação de Liberdade me chamou atenção, porque, naquele momento, eu não sabia nem que as pessoas privadas de liberdade tinham direito ao ensino. Confesso que por estudar em escola particular, eu tive acesso a muitos conhecimentos de pré-vestibular mas poucos conhecimentos de vida.

Lembro exatamente que era um sábado à tarde quando a palestrante conversou com a minha turma sobre como era lecionar na privação de liberdade, fiquei atenta a cada palavra e a cada indicação de leitura/vídeo proposta. Terminou a palestra e eu fui procurar conteúdos sobre a docência no ambiente carcerário... encontrei pouquíssimas coisas. Desde aquele dia eu sabia que iria contribuir com estudos sobre essa temática.

Os anos se passaram, fiz iniciação científica, fiz residência pedagógica, participei de grupos de estudos, de projetos de extensão e também estágio não-obrigatório. Foi no estágio não-obrigatório que a sala de aula me acolheu e eu tive a certeza que ali era o meu lugar: o sentimento de pertencimento aflorou novamente em mim.

Em 2023 eu iniciei no processo seletivo simplificado (PSS) e me inseri nas Escolas Estaduais de Londrina/PR como professora de geografia, projeto de vida, empreendedorismo, educação financeira e pensamento computacional. Mas, a experiência de ser professora contratada traz consigo incertezas e desafios.

Em 2024 permaneci sendo professora temporária mas também iniciei o mestrado acadêmico no Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina na linha 3: Aprendizagem e Desenvolvimento Humano em Contexto Escolares, sob orientação do professor dr. que me acompanhou em toda a minha trajetória acadêmica, Ricardo Lopes Fonseca.

Entrei na pós-graduação com o objetivo de trazer visibilidade para uma temática tão necessária mas pouco dialogada e discutida. Acredito, inclusive, que a minha vontade de estudar a respeito venha daí: assunto negligenciado e pouco abordado. Por ser uma realidade diferente da minha, despertou a curiosidade em mim e posteriormente a vontade de tentar voz para quem muitas vezes é silenciado.

Muito de quem eu sou eu hoje, enquanto pessoa e professora, vêm das sementinhas que professores excelentes depositaram em mim desde a escola. No entanto, determinadas flores só nasceram porque eu reguei e cultivei.

Nesse sentido, cabe mencionar que a educação é emancipatória e capaz de alterar muitas realidades. O professor é, muitas vezes, resistência, mas determinados alunos também são. Quando entendemos melhor a realidade dos nossos estudantes, conseguimos compreender de onde que vem certos comportamentos. Por que na privação de liberdade seria diferente?

A minha pesquisa tenta mostrar como a formação dos professores também é importante para que consigamos entender a realidade dos nossos alunos, porque a emancipação pelos estudos é uma via de mão dupla que abarca tanto discentes quanto docentes.

Com a intenção de aprender cada vez mais, compreender sobre o cotidiano do ensino público e com o objetivo de realizar profissionalmente, realizei o Concurso Público de Ingresso ao Magistério de Santa Catarina em setembro de 2024. Passei, fui convocada e nomeada. Então, em janeiro de 2025 me mudei para Blumenau/SC e desde então sigo cada dia mais em busca de demonstrar que o ensino deve trazer autonomia e ser democrático, sempre respeitando os direitos humanos e tentando transmiti-lo cada dia mais.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina e à Linha de Pesquisa: Aprendizagem e Desenvolvimento Humano em Contextos Escolares. Assim, a educação na privação de liberdade deve ser debatida nos cursos de licenciatura uma vez que tais estão formando professores que podem atuar no sistema prisional futuramente.

Nesse contexto, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) foi oficialmente inaugurada em 6 de novembro de 1969, a partir da integração de diversas faculdades já existentes, entre elas Direito, Filosofia, Ciências e Letras, Odontologia, Medicina e Ciências Econômicas e Contábeis. Desde sua criação, a instituição passou a oferecer diferentes cursos de graduação, consolidando-se rapidamente como um importante centro de ensino superior. Em 1971, obteve reconhecimento federal e, em 1984, transformou-se em autarquia estadual, extinguindo a cobrança de taxas de matrícula, conforme informações de seu site institucional¹.

Além da excelência acadêmica, a UEL sempre atribuiu papel central à cultura uma vez que mantém uma ampla estrutura cultural composta por bibliotecas, museus, editora, livraria, Rádio UEL FM, Televisão Educativa e Cultural, além da Casa de Cultura e, também, o Colégio Estadual de Aplicação Pedagógica Professor José Aloísio Aragão, que abrange divisões de artes plásticas, cênicas, música, cinema e vídeo. A instituição conta ainda com uma orquestra sinfônica, um centro de documentação e diversos projetos de extensão que fortalecem o cenário cultural de Londrina/PR e região.

O Campus da Universidade Estadual de Londrina localiza-se no setor sudoeste da área urbana de Londrina/PR, distante 6km do centro da cidade, com uma área de 150ha e com as seguintes coordenadas geográficas: 23°19'08", 23°20'06" de latitude sul e 51 °11 '36", 51°11'37" de longitude oeste (Ely, 2000, p. 144).

Ao longo de mais de cinco décadas de atuação, a Universidade Estadual de Londrina consolidou-se como referência nacional em ensino, pesquisa e extensão, alcançando também destaque internacional pelo impacto de suas produções científicas. Atualmente, a instituição conta com 53 cursos presenciais de graduação, distribuídos em 9 centros de estudo e 58 departamentos, reunindo diariamente cerca

¹ Endereço eletrônico da Universidade Estadual de Londrina: portal.uel.br

de 25 mil estudantes em seu campus.

No início de suas atividades, a Universidade oferecia cinco cursos de licenciatura — História, Geografia, Letras Anglo-Portuguesas e Letras Franco-Portuguesas, Pedagogia e Ciências (1º Grau). Atualmente, dispõe de 15 licenciaturas presenciais e 1 na modalidade a distância. Os Cursos ofertados são: Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Computação (EAD), Filosofia, Física, Geografia, Matemática, História, Educação Física, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Letras/Português, Música, Pedagogia e Química.

Dessa maneira, a pesquisa em questão investiga as ementas das disciplinas dos 16 cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina a fim de encontrar disciplinas que se relacionam com a temática da privação de liberdade e/ou direitos humanos.

Para tal análise, investigou-se os currículos dos cursos de licenciatura da UEL entre 2019 e 2023, compreendendo o período em que as licenciaturas passaram por um processo de reformulação, para então implementar suas propostas. Logo, a pesquisa percorreu a busca pelos currículos durante o período em questão com o intuito de encontrar na descrição das disciplinas temáticas que se relacionam com a privação de liberdade e/ou direitos humanos. Com a sistematização feita, o próximo passo foi categorizar as disciplinas de acordo com a oferta, horas curriculares e também suas respectivas descrições, após tal categorização, houve uma análise particular a respeito de cada curso. Considerou-se a busca por Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão também.

Surge a necessidade de repensar o currículo numa perspectiva interdisciplinar, em que não busca renunciar as disciplinas, mas repensá-las sobre uma outra ótica. Dessa forma, sala de aula não é lugar de transmissão e, sim, de construção, em que o desenvolvimento de competências emerge de um trabalho sistemático com problemas e com projetos - uma pedagogia ativa e cooperativa (Souza, 2011, p.96).

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 4/2010, a educação deve ser concebida como um dos processos fundamentais para a transformação do potencial humano em competências, habilidades e capacidades. Nesse sentido, o ato de educar implica a criação de condições que possibilitem ao educando, situado de maneira orgânica em seu contexto social, desenvolver-se enquanto sujeito individual e coletivo. Dessa forma, o espaço prisional não pode ser reduzido à mera função punitiva, devendo igualmente ser reconhecido como espaço educativo, ou seja, um ambiente

socioeducativo.

Os jovens e adultos que buscam a escola têm o direito de serem acolhidos em um espaço-tempo escolar que seja plenamente adequado às suas características e necessidades. Assim sendo, a formação apropriada à atuação dos profissionais da educação, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), também constitui um direito, tanto desses profissionais quanto dos alunos, ou seja, a EJA, socialmente qualificada, é um direito dos alunos que só pode ser efetivamente atendido por profissionais qualificados para tal. Por outro lado, esses profissionais são portadores do direito à formação inicial e continuada, necessárias ao exercício pleno e rico de suas funções docentes (Ventura; Rummert, 2011, p. 75).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2008), em seu artigo 124, assegura que a escolarização constitui um dos direitos fundamentais do adolescente em privação de liberdade. Já a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2012), em seu artigo 8º, determina que os Planos de Atendimento Socioeducativo incluam, de forma obrigatória, ações integradas voltadas à educação, saúde, assistência social, cultura, qualificação profissional e esporte, indicando ainda as diretrizes sobre como essas práticas devem ser efetivadas.

O trabalho em questão pode contribuir trazendo a percepção da formação dos professores sob o viés da Universidade Estadual de Londrina, possibilitando a compreensão acerca da formação docente e seus saberes práticos bem como trazer visibilidade a uma população que, muitas das vezes, está marginalizada. Santos (2010, p. 172) defende que “[...] cada vez mais a perspectiva da EPJA [Educação de Pessoas Jovens e Adultas], no contexto brasileiro e a necessidade de profissionais formados com conhecimentos específicos para atuar em diferentes contextos e processos de escolarização, tanto em âmbito formal quanto não-formal.

Dessa forma, os objetivos específicos são: mapear as ementas dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina antes e após o período de reformulação dos cursos em questão a fim de categorizar as mudanças acerca da oferta de disciplinas a respeito da privação de liberdade e/ou direitos humanos; identificar quais são os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina que oferecem um número maior de disciplinas bem como de carga horária das temáticas da privação de liberdade e/ou direitos humanos.

Sobre a metodologia, utilizou-se do Método de Bardin (2016) com o intuito de analisar os conteúdos buscados com um conjunto de técnicas que se sustentam a

partir de procedimentos sistemáticos com a intenção de categorizar e interpretar os currículos dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina dado que o objetivo principal deste estudo é verificar se na formação inicial dos docentes a privação de liberdade e/ou os direitos humanos se fazem presentes.

Portanto, a pesquisa apresenta seis seções, além da (1) Introdução: 2) Estado da Arte, que procura no Banco de Teses e Dissertações da CAPES por trabalhos que englobem as temáticas da Formação Inicial, Educação na Privação de Liberdade e Educação Não Escolar; 3) Fundamentação Teórica, que trata a respeito da educação na privação de liberdade com respaldo das respectivas leis; 4) Direitos Humanos, dividida em quatro partes: 4.1 A garantia dos direitos humanos, 4.2 O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 4.3 O Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná e 4.4 A Universidade Estadual de Londrina; 5) Metodologia, que discorre a respeito do Método de Bardin (2016) utilizado para analisar o conteúdo de maneira sistemática e objetiva; 6) Resultados e Discussões, que analisa criteriosamente os currículos dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina a fim de buscar disciplinas que abordem temas relacionados aos direitos humanos e/ou privação de liberdade; e, 7) Considerações Finais.

Nesse contexto, entender a respeito da atuação do professor não apenas no ambiente escolar, principalmente durante o seu processo de formação, possibilita a interação e aproximação entre a ação docente em ambientes diversos. A graduação deve oferecer ao futuro profissional seu desenvolvimento a respeito dos saberes docentes necessários para se tornar um professor e não apenas um educador.

2 ESTADO DA ARTE

A revisão sistemática de literatura é uma etapa que deve ser realizada a fim de sintetizar pesquisas acadêmicas acerca de um tema específico. A organização de dissertações e teses sobre uma mesma temática proporciona a identificação de lacunas do conhecimento que devem ser pesquisadas e estudadas. A partir dessa sistematização, é possível evidenciar a originalidade e relevância da pesquisa em questão.

Diante da necessidade de se estudar a respeito da formação inicial de professores que poderão atuar na privação de liberdade, segue um levantamento de estudos recentes relacionados à temática, com base nos últimos cinco anos (2019-2023), disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O recorte temporal da análise compreende o período de 2019 a 2023, período em que os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas, ou seja, engloba as ementas mais recentes e/ou atuais.

A busca por dissertações e teses se concentrou no Portal de Periódicos da CAPES², por meio do acesso remoto disponível para as instituições de ensino e pesquisa que integram a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). Para a realização da pesquisa, os descritores utilizados foram em português, inglês e espanhol, a fim de ampliar os resultados.

É válido mencionar que, para a escolha dos descritores, foi feita uma análise prévia da temática por meio de teses e dissertações disponíveis no Portal da CAPES, possibilitando assim compreender quais seriam as palavras-chave mais utilizadas e que seriam importantes para encontrar outros trabalhos de assunto similar.

Os critérios utilizados para incluir as pesquisas consistiam em: últimos cinco anos com a grande área de conhecimento ciências humanas e a área de conhecimento educação, bem como a área de avaliação, concentração e o nome do programa sendo educação. Esta pesquisa foi desenvolvida no segundo semestre de 2024.

Em português, utilizou-se os seguintes descritores: 1-Educação na privação de

² Portal de Periódicos da CAPES: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>

liberdade, 2-Educação em privação de liberdade, 3-Formação de educadores, 4- Formação inicial, 5-Currículo, 6-Grade curricular, 7-Educação não escolar, 8- Educação não formal. Utilizou-se o operador booleano “AND”.

Para os trabalhos em português, foram empregadas três estratégias de busca. A primeira possui relação com o ensino na privação de liberdade e suas variantes: “Educação na privação de liberdade” AND “Educação em privação de liberdade”. A segunda, relacionada a formação inicial dos professores que futuramente poderão atuar nesse contexto: “Formação de educadores” AND "Formação inicial" AND Currículo AND "Grade curricular". A terceira, referente a educação em outros contextos: “Educação não escolar” AND “Educação não formal”.

É válido mencionar que os termos “Educação não escolar” e “Educação não formal” não são termos que se relacionam diretamente com a educação em privação de liberdade, porém, foram encontrados como palavras-chave em trabalhos em que o foco principal era essa modalidade de ensino.

A partir desses critérios, encontrou-se 15 trabalhos com a primeira estratégia, 10 com a segunda estratégia e 8 com a terceira estratégia, conforme Quadro 01. Assim, leu-se os títulos e os resumos somente dos trabalhos que estão disponibilizados na plataforma. Foram encontrados, ao todo, 33 trabalhos, mas apenas 11 foram selecionados, pois possuem uma similaridade maior com a temática da formação inicial de professores para a educação em privação de liberdade (Quadro 02).

Quadro 01- Estratégias em Português de busca Portal de Periódicos CAPES, quantitativo de trabalhos localizados e selecionados.

ESTRATÉGIA UTILIZADA	TRABALHOS ENCONTRADOS	TRABALHOS SELECIONADOS
“Educação na privação de liberdade” AND “Educação em privação de liberdade”	15	7
“Formação de educadores” AND “Formação inicial” AND Currículo AND “Grade curricular”	10	3
“Educação não escolar” AND “Educação não formal”.	8	1
TOTAL	33	11

Fonte: Autora, 2024.

As estratégias de busca definidas nesta revisão sistemática foram fundamentais para a delimitação de um campo de pesquisa coerente com seu

objetivo. Esse direcionamento torna-se fundamental para que a sistematização de publicações analisadas apresente não apenas pertinência temática, mas também diversidade metodológica.

Quadro 02 – Descrição das Pesquisas Seleccionadas por meio dos Descritores em Português.

Nº	TÍTULO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO	OBJETIVO GERAL	ESTRATÉGIA UTILIZADA
1	Necessidades Formativas de Professores que Atual nos Espaços de Privação de Liberdade em Cuiabá e Várzea Grande - MT	Luciana Ferreira da Silva Moraes	2019	Universidade Federal de São Carlos	Compreender as necessidades formativas de professores que atuam em salas de aula nas unidades prisionais de Cuiabá e Várzea Grande-MT.	1
2	Educação e Histórias de Vida de Mulheres em Situação de Privação de Liberdade	Erika Ferreira Claudino de Andrade	2023	Universidade Católica de Brasília	Analisar as histórias de vida de mulheres da Educação de Jovens e Adultos, no sistema prisional, na perspectiva de seus percursos escolares.	1
3	Da Privação de Liberdade à Privação do Direito à Educação: A Política de Escolarização na Medida Socioeducativa de Internação no DF	Liana Correia Roquete de Albuquerque	2021	Universidade de Brasília	Compreender como se organiza as seis unidades de internação socioeducativa do DF e nelas a política de escolarização – campo empírico.	1
4	Educação de Jovens e Adultos: Ressocialização e Prática Docente no Contexto de Privação de Liberdade	Daniela da Silva de Carvalho	2023	Universidade Federal do Piauí	Compreender a prática docente e as implicações no processo de ressocialização e aprendizagem de pessoas em situação de privação de liberdade.	1
5	Práticas Educativas em Espaços de Privação de Liberdade: Uma Revisão Sistemática de Teses e Dissertações na Área da Educação	Jonathan Linhares Silveira	2023	Universidade de Santa Cruz do Sul	Compreender as experiências em Educação-Trabalho com vistas às práticas educativas em instituições prisionais, estas percebidas como um efetivo dispositivo de ressocialização das pessoas privadas de liberdade.	1
6	Significados das Práticas Educativas no Centro Socioeducativo de Internação Feminina em Manaus/AM: A Perspectiva das Meninas	Edla Cristina Rodrigues	2022	Universidade Federal de São Carlos	Compreender significados que as jovens expressam a partir das práticas educativas no Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus (CSIFM).	1
7	A EJA nos Espaços de Privação e Restrição de Liberdade: As Apropriações das Diretrizes da UNESCO no Direcionamento do Trabalho de Professores(as)	Paula Cabral	2019	Universidade Federal de Santa Catarina	Compreender os aspectos que caracterizam os pressupostos educacionais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos espaços de privação e restrição de liberdade (EPRL), bem como as consequentes atribuições direcionadas aos(as) professores(as), tendo em vista o projeto educacional da Organização das	1

					Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para o Brasil.	
8	Formação Inicial de Professores de História: Organizações Curriculares e Saberes Constituintes	Maria Caroline Aguiar da Silveira	2019	Universidade Federal do Rio Grande	Analisar a organização curricular dos cursos de licenciatura em História, mapeando a presença e a natureza dos saberes do conhecimento e dos saberes pedagógicos e suas decorrências formativas para os professores de História.	2
9	Ética e Política de Formação de Professores: Reflexões a partir de Martin Buber	Rafael Pereira Cousen	2023	Universidade Federal do Rio Grande	Investigamos a ética na formação de professores, utilizando a Resolução CNE/CP 2/2019, que estabelece a Base Nacional Comum da formação inicial dos professores (BNC-Formação/2019) para refletir sobre a ética na formação inicial dos professores.	2
10	A Formação Inicial do Professor Pedagogo: Representações Sociais e Processos Identitários	Diego do Rego	2020	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Averiguar se as identidades docentes dos estudantes de pedagogia estão sendo forjadas por objetos do repertório científico ou por saberes do senso comum.	2
11	Práticas Educativas em Espaços de Privação de Liberdade: Uma Revisão Sistemática de Teses e Dissertações na Área da Educação	Jonathan Linhares Silveira	2023	Universidade de Santa Cruz do Sul	Compreender as experiências em Educação-Trabalho com vistas às práticas educativas em instituições prisionais, estas percebidas como um efetivo dispositivo de ressocialização das pessoas privadas de liberdade.	3

Fonte: Autora, 2024.

Do ponto de vista formativo, concebendo que a formação inicial dos futuros professores traz o conhecimento – dito como – necessário para atuar nos contextos educacionais, percebe-se acima que há uma abrangência de temas sobre a temática principal, mas o entrelaçamento de mais assuntos não há. As produções recentes possuem bagagem necessária para se debruçar sobre o tema, porém, a prática do estudo e/ou atuação na privação de liberdade não consta em todos os objetivos dos trabalhos acima, ou seja, as atuais diretrizes formativas e políticas educacionais não contemplam todas as nuances acerca do assunto.

Em inglês, utilizou-se os seguintes descritores: 1-School education in prison e 2-social pedagogy. Utilizou-se o operador booleano “AND”.

Para os trabalhos em inglês, foram empregadas duas estratégias de busca. A primeira, relacionada ao ensino na privação de liberdade: "School education in prison". A segunda, com a formação inicial dos professores que futuramente poderão atuar nesse contexto: "Social pedagogy".

Os critérios utilizados para incluir trabalhos consistiam em: últimos cinco anos, com a grande área de conhecimento ciências humanas e a área de conhecimento educação, bem como a área de avaliação, concentração e o nome do programa sendo educação.

A partir desses critérios, encontrou-se 4 trabalhos com a primeira estratégia e 37 com a segunda estratégia, conforme Quadro 03. Assim, leu-se os títulos e os resumos dos trabalhos e, ao todo, dos 41 apresentados, apenas 2 foram selecionados, com base nos mesmos parâmetros de escolha dos descritores em português (Quadro 04).

Quadro 03 - Estratégias em Inglês de busca Portal de Periódicos CAPES, quantitativo de trabalhos localizados e selecionados.

ESTRATÉGIA UTILIZADA	TRABALHOS ENCONTRADOS	TRABALHOS SELECIONADOS
"School education in prison"	4	1
"Social pedagogy"	37	1
TOTAL	41	2

Fonte: Autora, 2024.

Seguindo a mesma perspectiva das estratégias em português, em inglês a busca foi mais direcionada e objetiva, para que o campo investigativo se alinhe com os propósitos da pesquisa, mesmo que em outro idioma. Dessa forma, a escolha precisa dos descritores, aliada ao uso de filtros temporais e operadores booleanos, permitiu refinar os resultados de forma significativa.

Quadro 04 – Descrição das Pesquisas Seleccionadas por meio dos Descritores em Inglês.

Nº	TÍTULO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO	OBJETIVO GERAL	ESTRATÉGIA UTILIZADA
1	Ilhas de Esperança em um Mar de Agonia: Educação em/para os Direitos Humanos nos Cursos de Formação Continuada em Escolas Prisionais no Estado de Pernambuco	Ismael Teixeira Barros Neto	2023	Universidade Tiradentes	Compreender as ações do estado de Pernambucano na tutela da obrigatoriedade da temática dos Direitos Humanos nos cursos de formação continuada de professores(as) lotados em escolas prisionais, como mecanismo de resistência e liberdade em meio às hostilidades e repressões do cárcere, respaldadas pela Resolução 01/12 do CNE.	1
2	A Educação Social e a Autonomia de Adolescentes em Medida Protetiva: Uma Concepção Freireana no Acolhimento Institucional	Ingrid Bays	2019	Universidade de Caxias do Sul	Identificar evidências da educação social na perspectiva freireana de autonomia de adolescentes que vivem na instituição, analisando-se o cotidiano tanto na perspectiva de adolescentes quanto na de profissionais da educação social.	2

Fonte: Autora, 2024.

A identificação de somente duas pesquisas (escritas em português) com os operadores em inglês demonstra que há uma limitação na produção científica internacional sobre esse tema. De certa forma, uma análise prévia sobre essa temática pode evidenciar que essa escassez de material, muitas das vezes, está atrelada à marginalização dos estudantes que estão no contexto prisional bem como a invisibilidade de tais perante a sociedade.

Em espanhol, utilizou-se os seguintes descritores: 1-Prisión, 2-Reinserción, 3-Pedagogía social, 4-Educación no escolar, 5-Formación inicial, 6-Educación escolar en prisión. Utilizou-se o operador booleano “AND”.

Para os trabalhos em espanhol, foram empregadas duas estratégias de busca. A primeira possui relação com o ambiente de ensino: Prisión. A segunda, com a formação inicial dos professores que futuramente poderão atuar nesse contexto: “Pedagogía

social”.

Os critérios utilizados para incluir trabalhos consistiam em: últimos cinco anos com a grande área de conhecimento ciências humanas e a área de conhecimento educação, bem como a área de avaliação, concentração e o nome do programa sendo educação.

A partir desses critérios, encontrou-se 6 trabalhos com a primeira estratégia e 71 com a segunda estratégia, conforme quadro 3. Assim, leu-se os títulos e os resumos dos trabalhos e, ao todo, dos 77 apresentados, apenas 5 foram selecionados, com base nos mesmos parâmetros de escolha dos descritores em português (Quadro 06).

Quadro 05 - Estratégias em Espanhol de busca Portal de Periódicos CAPES, quantitativo de trabalhos localizados e selecionados.

ESTRATÉGIA UTILIZADA	TRABALHOS ENCONTRADOS	TRABALHOS SELECIONADOS
Prisión	6	2
“Pedagogía social”	71	3
TOTAL	77	5

Fonte: Autora, 2024.

Quando os operadores booleanos estão em outro idioma, deve haver uma análise prévia tanto dos conceitos quanto de suas definições, para que as pesquisas mencionadas estejam realmente sendo coerentes com a temática principal da pesquisa – em português. Logo, em espanhol utilizou-se de somente duas estratégias de busca, que trouxeram cinco pesquisas que são capazes de serem sistematizadas. Os descritores em espanhol abarcaram somente pesquisas brasileiras.

Quadro 06 – Descrição das Pesquisas Seleccionadas por meio dos Descritores em Espanhol.

Nº	TÍTULO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO	OBJETIVO GERAL	ESTRATÉGIA UTILIZADA
1	Pedagogia Social e Práticas Docentes diante de Alunos em Vulnerabilidade Social	Suzana Diniz Brunes Franco	2022	Universidade Federal Fluminense	Investigar o que emerge dos relatórios avaliativos como sinalização das práticas pedagógicas das professoras, buscando discutir esses documentos no contexto da prática pedagógica e sua contribuição para a formação docente.	1
2	A Formação Docente na Universidade: Reflexões Discentes na Perspectiva da Pedagogia Social	Thaina Maria da Silva Quitete	2023	Universidade Federal Fluminense	Enfatizar, analisar e contextualizar a pedagogia social no contexto de formação docente.	1
3	A Educação Social e a Autonomia de Adolescentes em Medida Protetiva: Uma Concepção Freireana no Acolhimento Institucional	Ingrid Bays	2019	Universidade de Caxias do Sul	Identificar evidências da educação social na perspectiva freireana de autonomia de adolescentes que vivem na instituição, analisando-se o cotidiano tanto na perspectiva de adolescentes quanto na de profissionais da educação social.	1
4	Educação Carcerária: As Aulas de Educação de Jovens e Adultos à luz da Pedagogia Emancipatória	Vanessa Colares de Bittencourt	2023	Universidade do Sul de Santa Catarina	Analisar o desenvolvimento das aulas ofertadas pela EJA na Penitenciária Sul/SC à luz da Pedagogia Emancipatória.	2
5	Significados das Práticas Educativas no Centro Socioeducativo de Interação Feminina de Manaus/AM: A Perspectiva das	Edla Cristina Rodrigues Caldas	2022	Universidade Federal de São Carlos	Compreender significados que as jovens expressam a partir das práticas educativas no Centro Socioeducativo de Interação Feminina de Manaus (CSIFM).	2

	Meninas					
--	---------	--	--	--	--	--

Fonte: Autora, 2024.

Portanto, a ampliação dessa temática para outros idiomas é essencial para fortalecer um contexto educacional que por muitas vezes é negligenciado. Assim, a partir dessa busca por resultados percebe-se a precarização de estudos que abarquem a formação inicial de professores para atuação na privação de liberdade, ou seja, faz-se primordial ampliar o alcance e as temáticas de pesquisas. Nesse cenário, é interessante mencionar que os descritores em português, não se encontrou a pesquisa de Bays (2019), mas trocando o idioma foi possível encontrar, ou seja, a busca em outros idiomas oferece uma abrangência maior de resultados e isso é benéfico ao que tange a um aprofundamento teórico.

Desse modo, constatou-se que, com descritores diferentes, e até mesmo em outros idiomas, encontrou-se os mesmos trabalhos. É válido mencionar que, mesmo incluídos no quadro, para os resultados finais esses foram considerados apenas uma vez. É o caso de Silveira (2023), Rodrigues (2022), Caldas (2022) e Bays (2019).

A busca por dissertações e teses no Portal da CAPES trouxe as lacunas que devem ser preenchidas por pesquisas que estudem sobre a formação inicial de professores para a atuação na privação de liberdade. Por exemplo, não há pesquisas que tratam individualmente sobre as ementas de cursos de licenciaturas em universidades públicas.

Nesse contexto, entendendo a educação como um direito básico exposto na Constituição Federal, torna-se necessário compreender que há outras maneiras de ensino que não apenas o escolar, como por exemplo a educação na privação de liberdade. O ensino em outros contextos é tão importante quanto a educação escolar:

A educação, em quaisquer espaços deve contribuir para que o aluno questione a sociedade em que vive, mantenha a constante avaliação sobre suas escolhas, desperte o posicionamento questionador que o fará não aceitar servilmente as verdades impostas, trabalhe a dimensão valorativa, o poder do conhecimento e o raciocínio crítico, evidenciando que existem múltiplas formas de se viver. (Onofre, 2015)

A partir das buscas realizadas no Portal de Periódicos da CAPES, foi possível perceber que há pesquisas referentes à formação inicial dos educadores e acerca dos modelos de educação não formais, porém, trabalhos que tratem a relação entre os dois não há. Moraes (2019) menciona em seu trabalho³ o mais próximo entre as duas temáticas, um estudo de caso, que pode muito bem trazer contribuições significativas para a temática em questão.

Faz-se notório que o ensino não deve ser estudado apenas no contexto escolar se o objetivo é trazer novas perspectivas a respeito de contextos educacionais não convencionais, uma vez que Barros Neto (2023) expõe que a prática dos direitos humanos na formação dos professores é um passo fundamental para um mecanismo de resistência e liberdade em meio às repressões do cárcere.

Os termos “pedagogia social” e “educação social” são mencionados por Quitete (2023) e Bays (2019), respectivamente, sendo conceitos que dizem respeito

³ Necessidades Formativas de Professores que Atuam nos Espaços de Privação de Liberdade em Cuiabá e Várzea Grande-MT, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12791>.

a uma prática educativa que é destinada aos indivíduos que estão em vulnerabilidade. A contribuição desses estudos é justamente pensar por um viés da educação não escolar, sendo uma etapa que promove a integração social e o conhecimento de novas realidades.

Nesse sentido, as pesquisas que trazem consigo informações referentes ao processo de escolarização que ocorre dentro dos presídios, como propõe Andrade (2023), Albuquerque (2021), Carvalho (2023) e Silveira (2023), demonstram que as atividades educacionais em outros contextos são capazes de agregar no contexto escolar, uma vez que um professor formado deve ser capaz de lecionar em diferentes contextos.

A análise curricular dos cursos de licenciaturas é uma forma de compreender quais são as perspectivas que o futuro, enquanto professor, pode trazer. A exemplo de Silveira (2019), a organização do currículo de um curso é capaz de mapear os saberes e conhecimentos pedagógicos ali contidos, formando assim professores que saibam lidar com as mais diferentes adversidades do lecionar.

Desse modo, como menciona Freire (1996), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção, faz-se primordial conceber que deve haver presença dos direitos humanos dentro dos contextos de ensino, como menciona Neto (2023).

A partir da busca por dissertações e teses no Portal de Periódicos da CAPES, tornou-se possível constatar a importância de se pesquisar e cruzar as informações referentes ao processo de formação inicial do professor e sua possível atuação no sistema carcerário brasileiro. É válido mencionar que a qualidade da formação inicial é determinante para a construção da identidade profissional dos professores e para o sucesso de sua prática docente (Gatti, 2010).

De acordo com a quantidade de trabalhos encontrados que estudem a educação na privação de liberdade, a relevância da pesquisa é de justamente investigar os currículos dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina, entendendo que a revisão da literatura, é fundamental para situar a pesquisa no contexto do conhecimento existente e justificar sua relevância (Lakatos e Marconi, 2003).

Assim, analisar se os futuros professores tiveram aulas e/ou estágios que os possibilitassem atuar na privação de liberdade é fundamental para compreender quais são as temáticas contempladas em sua formação inicial, especificando a atuação no

campo em questão.

O ensino na privação de liberdade é um caso que deveria estar mais presente no cotidiano da formação inicial dos professores uma vez que o direito à educação não pode ser tratado como um privilégio. A educação é uma maneira de promover a integração social entre os indivíduos uma vez que a prisão representa a perda dos direitos civis e políticos, não o direito de estudar.

Em linhas gerais, a inserção de disciplinas e/ou conteúdos sobre a temática em questão também é uma maneira de trazer visibilidade a pautas que estão à margem da sociedade, bem como essa população. Assim, os profissionais estarão, de certa forma, mais preparados para atuar em espaços que não sejam apenas a escola.

Mediante o exposto, pode-se inferir que a educação em privação de liberdade é uma pauta que sofre com a escassez de material, mesmo possuindo muito conteúdo. Logo, unir essa temática com a formação inicial dos professores é premente a fim de compreender a respeito da futura atuação na privação de liberdade.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 EDUCAÇÃO NA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Com o intuito de entender a respeito da educação na privação de liberdade, vale destacar que a prisão surgiu no fim do século XVIII e início do século XIX objetivando servir como punição para àqueles que não cumprissem regras pré-estabelecidas. Porém, mesmo que o sistema carcerário brasileiro enfrente problemas estruturais sociais, políticos e econômicos que contribuem para o seu colapso (Jesus, 2023), há um projeto que é referenciado legalmente pela Lei de Execução Penal, Lei 7210 de 11 de julho de 1984, Art. 18º e 20º; a Lei nº 6324 de 12 de outubro de 1991, que preveem a obrigatoriedade de ensino fundamental nas unidades carcerárias, em convênio com entidades pública e privada.

Assim, o exercício da cidadania está prevista em Constituição, desse modo, a Lei 12.433/2011, que alterou a Lei de Execução Penal 7.210/1984, foi decisiva quando normatizou a remição da pena por estudos, assegurando que “o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena” (Brasil, 2011, p. 1), sendo o quantitativo de tempo pedagógico, a contar para efeito da remição, de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar — atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante ou superior, ou ainda de requalificação profissional — divididas, no mínimo, em 3 (três) dias (Brasil, 2011a, p. 1).

Nesse aspecto, Silva e Moreira (2011, p. 92) são enfáticos em afirmar que o papel da educação dentro da prisão deve ser única e exclusivamente o de ajudar o ser humano privado da liberdade a desenvolver habilidades e capacidades para estar em melhores condições de disputar as oportunidades socialmente criadas. Dessa forma, a ressocialização do apenado está atrelada ao ensino mas também se relaciona com o contexto das práticas docentes vivenciadas pelos estudantes.

Conforme explicita o Parecer CNE/CEB nº 4/2010, compreendendo a educação como um dos únicos processos capazes de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades, e o educar como ato de criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda a construção do seu ser em termos individuais e sociais, o espaço carcerário deve ser entendido como um espaço educativo, ambiente socioeducativo. Assim sendo, todos que atuam nessas

unidades – dirigentes, técnicos e agentes – são educadores e devem estar orientados nessa condição. Todos os recursos e esforços devem convergir, com objetividade e celeridade, para o trabalho educativo. (p.14).

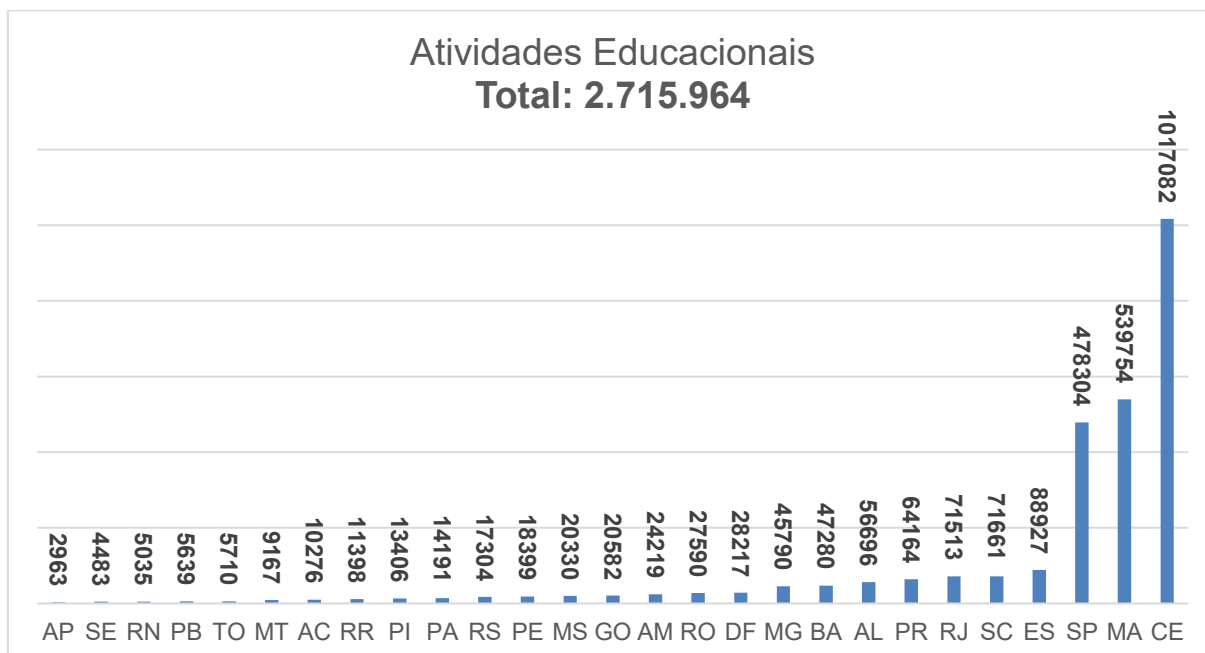
Não obstante, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2008) no artigo 124, reitera que receber escolarização está entre os direitos do adolescente em situação de privação de liberdade. A Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2012), em seu artigo oitavo, presume que os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes. Além de estabelecer como este procedimento deve acontecer. Sendo assim, as Secretarias Estaduais de Educação (SEE) são responsáveis pela execução da educação escolar dos adolescentes em situação de privação de liberdade, aspecto este que alguns estados já desenvolviam.

Segundo Ahendt (2012), a privação de liberdade é a mais extrema forma de opressão, pois nega a capacidade de agir e de participar ativamente na sociedade, portanto, a respeito da educação na privação de liberdade, cabe considerar que é um direito do apenado o ensino em uma modalidade tida como não regular, dado que a regulamentação de leis do Brasil assegura essa prática educacional. Tanto a reeducação quanto a ressocialização são processos complexos pelos quais os professores passam junto dos estudantes, porém, em estágios e esferas diferentes.

Nesse diapasão, implementar diretrizes constitui-se em ato político que requer um esforço de órgãos públicos em diferentes esferas da sociedade civil, das universidades e de todos os envolvidos com a educação, nesse contexto singular que é o do espaço prisional.

A educação, em quaisquer espaços deve contribuir para que o aluno questione a sociedade em que vive, mantenha a constante avaliação sobre suas escolhas, desperte o posicionamento questionador que o fará não aceitar servilmente as verdades impostas, trabalhe a dimensão valorativa, o poder do conhecimento e o raciocínio crítico, evidenciando que existem múltiplas formas de se viver. (Onofre, 2015)

Os dados a respeito da educação na privação de liberdade (Figura 01) mostra como a formação inicial deve ser capaz de habilitar os professores para atuar em contextos não convencionais, entendendo que há uma necessidade de apoio e inserção desse docente, principalmente a outras questões não relacionadas à metodologia a ser utilizada

Gráfico 01 – Atividades Educacionais na Privação de Liberdade (2024).

Fonte: SISDEPEN – DIPEN/SENAPPEN.

Org.: A Autora, 2026.

O gráfico abaixo desconsidera prisões domiciliares e considera os dados do segundo semestre de 2024, que são os mais recentes. Observa-se, uma desigualdade na distribuição dessas atividades entre as unidades da federação⁴, fato esse que se relaciona com a quantidade total da população encarcerada, com a estrutura disponíveis nas unidades e também a existência de políticas públicas efetivas, segundo o Relatório de Informações Penais (RELIPEN).

Os estudos do RELIPEN revelam que são pessoas historicamente marginalizadas, privadas de direitos básicos, negligenciadas pelo Estado e pela sociedade – são pessoas invisíveis até cometerem algum crime, assim definido pelos grupos sociais aos quais nunca pertenceram, ou seja, mais do que levar em consideração a história de vida desses sujeitos, é importante compreender que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (Freire, 1996, p. 59).

Pensar na educação na privação de liberdade pressupõe entender que esse contexto não comum de ensino traz consigo necessidades próprias, uma vez que a educação na prisão se constitui, por sua vez, como os saberes advindos dos

⁴Os altos índices de criminalidade no Ceará estão fortemente associados à atuação de organizações criminosas e disputas territoriais, apontadas como “principal força motriz da violência”, como é mencionado em estudos oficiais de segurança pública do estado.

processos de ensino e aprendizagem que não são característicos das prisões.

Nessa perspectiva, pensar a educação nas prisões requer considerar uma questão apontada por Ireland (2011, p. 11): “[...] qual seria uma educação socialmente relevante para jovens e adultos reclusos?”. Pensando que a educação não é privilégio e sim um direito, cabe ao professor pensar em uma educação que se encaixe ao contexto mencionado, visto que não se trata de desenvolver uma educação específica para o contexto prisional, mas também não pode ser a mesma educação que já os excluiu anteriormente.

Nesse contexto, torna-se interessante visualizar a situação pelo olhar do educador, porque há objetivos pré-estabelecidos nessa modalidade de ensino, ou seja, é importante também refletir sobre quais são as aproximações e distanciamentos da escola em relação à privação de liberdade. Desse modo, é possível propiciar espaços de reflexão sobre a/na ação docente.

Um currículo que norteie trabalhos em educação prisional deve ter os saberes, sabores, travos e ranços, das diversas experiências vividas não só pelos detentos, mas também pelos professores [...] As atividades educacionais devem ser livres, e a grande metodologia deve ser a do diálogo, o que exige despojamento das crenças e dos preconceitos. (Câmara, 2008, p. 90)

Destarte, o educador não é aquele que transmite a realidade, mas o que leva o educando a descobri-la por si mesmo e, para tanto, deve valer-se de estratégias pedagógicas que transcendam a realidade da privação, de forma que o adolescente se reconheça como participante da sociedade que o excluiu, mas que agora, a partir da oportunidade educativa propiciada pela escola, que oferece a possibilidade de (re)integrar-se a ela, que esse jovem busque transformá-la (Scarfó, 2003).

A partir da análise do currículo da formação inicial do professor, entende-se quais foram as suas bases educacionais para desenvolver o seu trabalho, uma vez que é necessário adaptar as propostas educacionais a fim de que tais sejam adequadas e eficazes para gerar um impacto positivo na vida dos detentos.

Nacarato e Passos (2003) afirmam que: De fato, é impossível discutir a prática pedagógica sem levar em consideração a formação dos docentes que nela atuam, assim como é impossível se falar em formação de professores sem considerar que a verdadeira profissão docente se constrói no embate da prática pedagógica. É para ela que vão convergir e nela atuar os diferentes saberes que o professor vai construindo desde que inicia seu processo de escolarização. É aí que irão ser justificados e

validados os conhecimentos adquiridos ao longo da formação inicial. (p.133)

Dessa maneira, atrelando a formação inicial com a prática da profissão no cotidiano, Mayer (2009) pondera, no entanto, que a educação não é uma mercadoria nem um produto, mas um processo que deve ser concebido e vivido pelo conjunto de atores que vivenciam esse cotidiano, ou seja, “É necessário transformar a prisão em um espaço educativo e não transformar o aprisionado em receptor de sequências educativas.” (p. 14).

A esse respeito, o desenvolvimento dos saberes necessários postos ao educador é uma ferramenta capaz de transformar o aprendizado em utilidade para esses estudantes, valorizando um processo educativo fundado no diálogo permite que educadores e educandos sejam sujeitos do ato de conhecimento, e a curiosidade de ambos encontram-se na base do aprender-ensinar-aprender (Freire, 1997).

Mediante o exposto, é possível perceber que a formação inicial dos professores se trata de um mecanismo que salienta o papel do educador no contexto escolar como um construtor e transmissor de conhecimento a fim de que auxilie no processo de desenvolvimento de cidadãos críticos. De acordo com Contreras (2002, p. 149), quando os docentes iniciam seu trabalho em uma instituição educativa, introduzem-se em uma cultura com a qual aprendem a conviver, ou seja, “[...] devem encontrar a forma de relacionar suas perspectivas e expectativas com as que a instituição possui em relação a eles”.

Julião (2013) considera ainda que a educação prisional tem um papel decisivo na elevação da escolarização e consciência crítica da pessoa presa, possibilitando-lhe modificar seu comportamento ainda na prisão, e quando fora dela, lutar por uma condição de vida melhor por se tratar de um “[...] processo capaz de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades [...]” (p. 2).

Assim, a importância da educação para a ressocialização dos sujeitos que estão passando temporariamente pela privação de liberdade está relacionada à possibilidade de proporcionar um processo de mudança social, promovendo a alfabetização, o ensino fundamental e médio, além de oportunidades de educação profissionalizante.

Além disso, investir na educação em presídios é uma alternativa mais eficiente e humanitária do que apenas punir e encarcerar. Ao oferecer oportunidades de educação e capacitação, o sistema carcerário brasileiro passa a ser um ambiente de ressocialização e reintegração, ao invés de ser apenas um lugar de castigo e reclusão. (Jesus, 2023, p. 06)

Logo, a educação como um direito ofertado por meio da Constituição Federal impulsiona temáticas a respeito da (re)construção da cidadania e de humanização uma vez que a reinserção desses indivíduos à sociedade se relaciona com o papel do professor, ou seja, o professor é o ser que está presente em todas as etapas do ensino e possibilita o desenvolvimento tanto cognitivo quanto humano dos alunos.

Dessa forma, quanto à formação docente para futura atuação no contexto prisional, cabe mencionar que deve haver um acesso às práticas pedagógicas conscientes, que devem ser aprendidas durante a graduação, entendendo que o professor que atua em unidades prisionais enfrenta desafios específicos que exigem uma formação crítica, sensível e comprometida com os direitos humanos (Oliveira, 2018, p. 137).

A formação inicial é um processo necessário para que se adquira o conhecimento necessário, mesmo que básico, para atuação enquanto docente, mesmo que não apenas em sala de aula, uma vez que se amplia sua compreensão sobre os desafios e potencialidades desse espaço educativo. Os profissionais devem ser preparados enquanto estudantes para atuarem enquanto professores. Assim, a formação inicial de professores precisa incorporar discussões sobre educação em contextos não convencionais, como unidades prisionais, para que o direito à educação seja de fato universal” (Silva; Araújo, 2020, p. 88).

A atuação em unidades prisionais demanda habilidades pedagógicas adaptadas e diferenciadas porque os alunos possuem necessidades, muitas das vezes, diferentes das existentes em salas de aulas convencionais. Portanto, estratégias que captem as dificuldades dos estudantes é um estágio fundamental para conseguir ser um profissional crítico que raciona perante as divergências e se capacite perante a adversidade.

Sob a ótica da formação inicial, é válido citar que “A ausência de conteúdos sobre a educação em prisões nas licenciaturas reforça a invisibilidade social das pessoas privadas de liberdade.” (Ferreira; Lima, 2021, p. 72). Nesse aspecto, a educação aos privados de liberdade oferecida por profissionais que obtiveram contato com essa realidade, mesmo que em teoria, reafirma o compromisso social da universidade com a formação de educadores comprometidos com a defesa dos direitos humanos.

Assim, a formação inicial possui um valor significativo dado que o professor está em contato pela primeira vez com a prática do que antes era apenas teoria, ou

seja, é de fundamental importância uma análise crítica e sistemática dos currículos dos currículos de licenciatura, a fim de compreender se os profissionais em formação estão tendo o auxílio adequado para futuramente atuar na privação de liberdade.

4 DIREITOS HUMANOS

4.1 A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

A garantia dos Direitos Humanos está prevista em lei, como uma proteção ao indivíduo desconsiderando condição financeira, crença, nacionalidade, ideologias, cultura, profissão, gênero, cultura e similaridades. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

Portanto, é válido mencionar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi promulgada pela ONU em 1948 com a condição de que os direitos são universais, inerentes, inalienáveis, irrenunciáveis, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados, além de que “Educar em direitos humanos exige que a formação docente vá além da técnica e promova uma compreensão ética e política da realidade social, principalmente em espaços de privação de liberdade.” (Gonçalves; Reis, 2020, p. 98).

Sua criação se relaciona com as violações e exclusões históricas que ocorreram, por exemplo, na Segunda Guerra Mundial, ou seja, esses princípios visam garantir dignidade, liberdade, igualdade e bem-estar à toda a população. Na síntese de Beetham (1999), os direitos civis e políticos são uma “parte integrante” da democracia, ao passo que os direitos sociais e econômicos podem ser descritos numa relação de “mútua dependência” com a democracia.

Foi com a intenção de proteger a dignidade humana que os Direitos Humanos foram desenvolvidos, sendo um conjunto de garantias mínimas necessárias para que uma pessoa viva bem e se desenvolva plenamente, sendo disposto em 30 artigos. Segundo Bobbio (1992), os direitos humanos “são direitos históricos, nascidos das lutas concretas contra a opressão”.

A universalização dos Direitos Humanos é uma pauta recorrente e necessária visando um progresso social, principalmente em se tratando de um cenário complexo como o da educação, para tanto, acredita-se que

Artigo 26

1. Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A educação elementar será

- obrigatória. A educação técnico-profissional deverá ser acessível a todos, bem como a educação superior, está baseada no mérito.
2. A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. Ela promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.
 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de educação a dar aos filhos. (Nações Unidas, 1948).

Assim, cumprir o que está previsto na Constituição é dever do Estado, porém, muitas vezes a teoria é diferente da prática. Dito isso, a grande tarefa de nosso tempo não é fundamentar os direitos humanos, mas protegê-los e promovê-los, o que só se faz com cultura e educação (Bobbio, 1992, p. 27).

Nesse contexto, a educação pode ser compreendendo tanto como um direito humano em si (artigo 26 da Declaração Universal de 1948) quanto um meio para garantir outros direitos, porque por meio de tal há a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, bem como menciona Paulo Freire (2005) que “não há educação neutra: ela serve à dominação ou à libertação”.

A Constituição Federal de 1988 possui semelhança com o princípio fundamental da Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma vez que elenca como um princípio e fundamento do artigo 1º, inciso III:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
III - a dignidade da pessoa humana (...).

Portanto, após a leitura acima já se descarta a ideia de que “direitos humanos somente para humanos direitos”, como é alegado por muitos por meio de senso comum.

Logo, conclui-se que mesmo àqueles que estão sem convívio com o restante da sociedade, estão assegurados por lei a terem ensino, mesmo que em um ambiente diferente em relação à escola, visto que Cunha (2019, p. 61) alega que a formação de professores deve incluir uma perspectiva crítica dos direitos humanos, especialmente quando se trata da atuação em espaços marcados pela exclusão social, como o sistema prisional.

Conforme previsto na legislação brasileira, principalmente na Lei de Execução Penal - LEP (Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984) e no Art. 5.º da Constituição Federal

(1988), os sujeitos privados de liberdade só estão privados do direito de ir e vir, portanto, todos os demais direitos estão mantidos.

Para que a discussão acerca da educação na privação de liberdade se amplifique, é necessário que haja um conhecimento melhor sobre a temática em questão, uma vez que universalidade dos direitos humanos emerge como global e diz respeito a todas as pessoas humanas como sujeitos políticos, ou seja, os direitos humanos constituem uma parte intrínseca da democracia, como afirma Beetham (2003).

Pensando na internacionalização dos direitos humanos, deve-se ampliar o movimento para que cada mais os seres humanos possam viver em condições dignas (sabendo de seus direitos), garantindo assim que sejam todas e todos livres e iguais, como proclama o art. 1º da Declaração Universal. Assim, os Direitos Humanos se tornam parte integrante da dignidade humana, contribuindo com saber e discernimento.

Assim, podemos compreender que os direitos humanos possuem relação com os direitos fundamentais, elencados na nossa Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 5º dispõe que todos somos iguais perante a lei:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (...)

Do ponto de vista jurídico, a garantia desses direitos interfere diretamente na população considerando que os problemas sociais que pertencem à sociedade são um fenômeno social que, em teoria, não deveriam acontecer. Porém,

A educação que dá prioridade aos Direitos Humanos trabalha para desfazer criticamente os preconceitos sociais, políticos e culturais e, dessa maneira, trabalha criticamente contra o exercício da violência, isto é, contra aceitação da naturalidade da injustiça e da exclusão de uma parte da humanidade da condição dos seres humanos. (Chauí, 2022, p. 15).

Nesse diapasão, o direito à educação está previsto no artigo 5.º da Constituição Federal como um direito humano fundamental e subjetivo e tem como objetivos: o pleno desenvolvimento do indivíduo, a promoção da sua cidadania e a sua inserção no mundo do trabalho. Um dos pressupostos deste texto é que a educação popular

se atualiza e se fortalece em todas as formas de defesa dos direitos humanos, bem como menciona Sousa (2018, p. 113) que a atuação docente em prisões precisa ser fundamentada na valorização da dignidade humana, sendo os direitos humanos o eixo estruturante da formação inicial e continuada.

Na Pedagogia do Oprimido (1987), Paulo Freire aborda a educação como exercício de diálogo, autonomia e exercício de conscientização sobre o mundo e sobre o próprio sujeito, que o liberta da visão fatalista da sociedade e da história; educação que requer relações e interações humanas horizontais, pautadas pelo respeito e pelo reconhecimento do outro como sujeito da história, da cultura e da política.

Ademais, deve-se haver a busca pela ampliação do debate sobre o ensino (previsto em lei) em espaços não apenas escolares, porque é fundamental conhecer as necessidades dos professores que ali atuam a fim de pensar estratégias que possam melhorar as condições do trabalho docente.

4.2 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A respeito dos direitos humanos, o Brasil desde a Resolução CNE/CP nº 02/2015, a universidade pública, de maneira especial os cursos de licenciaturas, passaram a ter o papel de enfatizar os direitos humanos, das diversidades e da inclusão na formação inicial e continuada dos professores. Portanto,

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (BRASIL, Resolução nº 02/2015, Artigo 13).

De acordo com a Resolução nº 02/2015, considerando o currículo como o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho e também que a educação em e para os direitos humanos é um direito fundamental constituindo uma

parte do direito à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico e pelos países que lutam pelo fortalecimento da democracia, e que a educação em direitos humanos é uma necessidade estratégica na formação dos profissionais do magistério e na ação educativa em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

É primordial ressaltar que a pesquisa e o estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea (Artigo 12) é fundamental para compreender as bases legais e históricas que sustentam uma educação democrática, como pressupõe o Artigo 2º que aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais.

Assim, o estudo os Direitos Humanos propicia que os futuros docentes sejam orientados acerca das diversidades escolares presentes no cotidiano dos professores. O contexto na qual os licenciados atuam deve fortalecer a manutenção de relações empáticas e saudáveis, como as regulamentações preveem. Desse modo, a inserção da temática durante a formação inicial faz-se fundamental para que a escola cumpra a sua função social.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos foram estabelecidas pelo Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação em 2012, por meio da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Após o ano de 2015, a Resolução nº02/2019 vigorou com o intuito de colocar em prática todos os fundamentos antes expostos na Resolução nº02/2015 uma vez que no

Art. 22. Os cursos de formação de professores, que se encontram em funcionamento, deverão se adaptar a esta Resolução no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados da publicação da Base Nacional Comum Curricular, instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 22 de dezembro de 2017. (BRASIL, Resolução nº 02/2019, Artigo 22).

Nesse sentido, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos devem ser observadas pelos sistemas de ensino uma vez que a Educação em Direitos Humanos é um dos eixos fundamentais à educação do cidadão bem como a

promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, de acordo com as próprias Resoluções, que foram organizadas pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDHPR), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Secretaria de Educação Superior (SESU), Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), Secretaria de Educação Básica (SEB) e o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH).

Nesse cenário, a Educação em Direitos Humanos surge como uma necessidade essencial para reafirmar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos conscientes de seus direitos e responsabilidades, e tal pode atuar diretamente na construção e no fortalecimento da democracia, contribuindo para dar voz e garantir participação a comunidades e grupos historicamente excluídos.

4.3 PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DO PARANÁ

Em consonância com as Diretrizes Nacionais, o Estado do Paraná elaborou o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná (PEEDH-PR) com o intuito de contemplar os seguintes eixos: 1) Educação Básica; 2) Ensino Superior; 3) Educação dos Profissionais do Sistema de Justiça, Segurança e da Socioeducação; 4) Educação Não Formal; 5) Tecnologia e Dignidade Humana; 6) Educação e Família.

Segundo o documento, atendendo as reivindicações, o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná, em sua 1ª edição no ano de 2015, distinguem os possíveis caminhos para nortear o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de políticas públicas para proteção dos direitos humanos.

O objetivo principal do PEEDH-PR foi o de construir modelos de organização e articulação social para promoção de cursos de formação, seminários, *webconferências*, círculos de diálogo, audiências públicas regionais e consultas públicas *on-line* como instrumentos para a efetivação da Educação em Direitos Humanos. Desse modo, o contato com essa temática também amplia a visão crítica do futuro professor, permitindo que ele entenda como as desigualdades sociais, raciais, econômicas e de gênero impactam o cotidiano escolar.

Ao Conselho Estadual de Educação do Paraná, o órgão normativo do sistema educacional do Estado, compete elaborar a deliberação que fixa as diretrizes

estaduais na área de Educação em Direitos Humanos para toda a Educação Básica e para o Ensino Superior a partir do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná. Estrutura-se, desta forma, um cenário propício que reforça o compromisso na construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas à Educação em Direitos Humanos.

Em relação aos objetivos gerais da documentação estadual, podemos destacar: cooperar para o fortalecimento das políticas afirmativas do Estado Democrático de Direito nas áreas correlatas à Educação em Direitos Humanos para fortalecer a Cultura de Direitos Humanos; contribuir para a efetivação dos compromissos assumidos pelo Brasil na área de Educação em Direitos Humanos no âmbito dos instrumentos legais e programas internacionais, nacionais, estaduais e municipais.

Nesse sentido, é preciso pensar nos sujeitos que atuam nesses diferentes espaços, nessa modalidade educacional, e nas relações humanas, cuja função é levar o coletivo a sentir “o espaço e construção do poder local, [...] como composição de forças, ações e expressões organizativas no nível da comunidade, do município ou da microrregião” (Sacavino, 2003, p. 46-47), de forma que:

Os princípios devem estar voltados à qualificação para o trabalho, à adoção e ao exercício de práticas voltadas para a comunidade, bem como, à aprendizagem de políticas de direitos pela participação em grupos sociais em modalidades diversificadas, com uso dos meios de comunicação, visando a educação para a vida no sentido de garantir a dignidade do ser humano (BRASIL, 2013, p. 35).

Nesse cenário, o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná apresenta-se como uma necessidade indispensável para reposicionar e reforçar os compromissos nacionais voltados à formação de indivíduos. Assim, objetiva-se promover uma postura crítica e participativa, estimulando o desenvolvimento de sujeitos capazes de se reconhecer em seus contextos sociais.

4.4 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Nesse momento é relevante trazer informações acerca da Universidade Estadual de Londrina, que, desde 2014 recebe estudantes em privação de liberdade e no ano de 2020 desenvolveu junto à Pró-Reitoria de Graduação, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Estudantes em Privação de Liberdade (CAAEP-

UEL), que é composta por representantes de órgãos da universidade, das instituições prisionais e dos Colegiados de curso. A partir do processo 21723/2019 e do OF. PROGRAD 53/2020, a comissão foi instituída, em caráter permanente, pela Portaria 2429/2020 do Gabinete da Reitoria da UEL.

De acordo com a própria Comissão, a Universidade Estadual de Londrina tem avançado no que se refere ao acompanhamento e, principalmente, ao auxílio aos colegiados de curso acerca das particularidades destes estudantes, uma vez que objetiva: instituir estratégias conjuntas, que diminuam os estigmas e melhore o processo de recepção e permanência dos estudantes com privação de liberdade; acompanhar as situações que envolvem o cotidiano acadêmico dos estudantes que se encontram em situação de privação de liberdade; elaborar condutas/protocolos a serem seguidos em relação à recepção do estudante, acompanhamento de frequência e auxílio pedagógico; promover intercâmbio de realidades entre os colegiados que recebem os estudantes na UEL; instituir protocolo de acompanhamento e colaboração na parceria UEL - PEL; produzir relatórios bianuais sobre a situação para uso interno da Universidade.

Segundo o ato executivo n. 048/2025, cria-se o Comitê de Direitos Humanos e Ações Afirmativas, vinculado ao Gabinete da Reitoria e ao Serviço de Bem-Estar a Comunidade, com atribuições principais de: mapear as Ações Afirmativas e as Ações de Direitos Humanos na Comunidade Universitária da UEL; pleitear editais relacionados a permanência de estudantes, por meio das Ações Afirmativas; propor projetos estratégicos para fortalecimento das Ações Afirmativas e dos Direitos Humanos; organizar fóruns permanentes com cada uma das populações prioritárias das Ações Afirmativas, sendo elas: a) população negra; b) população trans; c) população indígena; d) população de estudantes internacionais; e) população PcD; f) população de estudantes em situação de privação de liberdade; g) população de mulheres.

Assim sendo, podemos destacar que a população de estudantes em situação de privação de liberdade está assistida pelas ações afirmativas da Universidade Estadual de Londrina, salientando que “políticas públicas que buscam promover os direitos dos cidadãos com equidade, igualdade e oportunidade” (Risso e Szabó, 2018, p.14).

Nessa perspectiva, a Universidade Estadual de Londrina desenvolve, também, projetos de ensino, pesquisa e extensão. De acordo com a UEL, esses projetos são

os pilares da atividade universitária e estão articulados com o intuito de produzir conhecimento científico (projetos de pesquisa) objetivando transmiti-lo (projetos de ensino) e devolvê-lo à sociedade por meio de atividades práticas (extensão).

Portanto, com a Resolução CNE/CP nº02/2015, espera-se a superação da fragmentação das políticas públicas educacionais; a unidade entre teoria-prática; a parceria das universidades com a Educação Básica; a ressignificação do tripé ensino/pesquisa/extensão nas licenciaturas, uma vez que este documento marca a materialização curricular de conteúdos importantes historicamente cobrados pelos movimentos sociais no Brasil.

Com o intuito de compreender acerca dos Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão da Universidade Estadual de Londrina, por meio do próprio *site* da Universidade, utilizando a aba de 'sistemas', houve a consulta relacionada às temáticas. A busca aconteceu pelos Departamentos de Ensino da UEL, uma vez que as informações estão dispostas dessa maneira, portanto, o Departamento de Educação abarca o Curso de Licenciatura em Pedagogia enquanto o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas dispõe dos Cursos de Licenciatura em Letras/Inglês e Letras/Espanhol bem como o Departamento de Letras Vernáculas engloba o Curso de Licenciatura em Letras/Português. Abaixo (Quadro 07) é possível visualizar a quantidade total dos projetos de pesquisa da Universidade Estadual de Londrina e quantos contemplam a temática da privação de liberdade ou direitos humanos.

As buscas foram norteadas pelos mesmos descritores utilizados pela busca no Portal de Periódicos da CAPES (Educação na Privação de Liberdade, Educação em Privação de Liberdade, Formação de Educadores, Formação Inicial, Currículo, Grade Curricular, Educação não Escolar e Educação não Formal) com a inclusão de um único buscador a mais: Direitos Humanos.

Quadro 07 – Projetos de Pesquisa da UEL que Contemplam a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos.

DEPARTAMENTO	QUANTIDADE PROJETOS TOTAL	QUANTIDADE PROJETOS RELACIONADOS
Computação	182	Zero
Física	472	Zero
Geografia	53	Zero
Ciências Biológicas	777	Zero
Matemática	216	Zero
Química	946	Zero
Artes Visuais	54	Zero
Educação	430	04
Música	47	Zero

Educação Física	213	Zero
Ciências Sociais	295	10
Filosofia	198	Zero
História	256	01
Letras Estrangeiras Modernas	233	02
Letras Vernáculas	425	01

Fonte: A Autora, 2025.

Mesmo possuindo 16 Cursos de Licenciatura, apenas 06 Cursos (Pedagogia, Ciências Sociais, História, Letras/Espanhol, Letras/Inglês e Letras/Português) possuem Projetos de Pesquisa que se relacionam com a temática dos direitos humanos.

O Curso de Pedagogia possui 04 Projetos de Pesquisa referentes às temáticas: Estudo sobre o Conceito de Autonomia em Paulo Freire como uma Interpretação da Liberdade, Prescrita nos Direitos do Ser Humano (projeto 08083 – concluído); A Influência sobre a Educação e os Direitos Humanos da Reordenação do Público e do Privado, nas Novas Democracias (projeto 09874 – cadastrado); Educação em Direitos Humanos na Ampliação de Tempos e Espaços Educativos (projeto 13415 – em execução); Ações Constitutivas do Desenvolvimento da Educação Formal, Informal e não Formal no Município de Piracicaba/SP (1880 – 1910) e de Londrina/PR (1930 – 1990) (projeto 13546 – em execução).

Já se tratando do Departamento de Ciências Sociais, obtivemos a maior quantidade de Projetos de Pesquisa: 10. São eles: Universalismo, Particularismo e Direitos Humanos: Origens Históricas e Problemas Teóricos (projeto 03142 – concluído); Desenvolvimento de uma Teoria Integrada dos Direitos Humanos (projeto 03240 – concluído); Direitos Humanos, Estado e Soberania – Alguns Problemas Teóricos e Práticos (projeto 03750 – concluído); Direitos Humanos Universais e Estados Nacionais: Fundamentos Históricos e Problemas Teóricos II (projeto 05807 – concluído); Direitos Humanos, Cosmopolitismo, Cidadania e Teoria Política: Questões Teóricas e Problemas Práticos (projeto 07542 – concluído); Para Além da Constelação Nacional? Disputas em Torno da Cidadania, do Cosmopolitismo e dos Direitos Humanos na Teoria Política Contemporânea (projeto 07876 – concluído); As críticas da Teoria Política Feminista e Pós-Colonial ao Pensamento Político de Jürgen Habermas: Direitos Humanos, Cosmopolitismo e Cidadania em Debate (projeto 08360 – cancelado); Direitos Humanos, Cosmopolitismo, Cidadania e Teoria Política: Questões Teóricas e Problemas Práticos II (projeto 09071 – concluído); Para Além da

Constelação Nacional? Disputas em Torno da Cidadania, do Cosmopolitismo e dos Direitos Humanos na Teoria Política Contemporânea II (projeto 10077 – concluído); Para Além da Constelação Nacional? Disputas em Torno da Cidadania, do Cosmopolitismo e dos Direitos Humanos na Teoria Política Contemporânea III (projeto 11420 – concluído).

No Departamento de História o Projeto de Pesquisa que se relaciona com a temática selecionada é: Direitos Humanos no Brasil Democrático – Trajetória e Perspectivas: 1988/2019 (projeto 12473 – cancelado).

No Departamento de Letras Estrangeiras Modernas tem o Projeto do Curso de Licenciatura em Letras/Espanhol com o título “Direitos Humanos e Representação no Brasil” (projeto 08575 – concluído). No mesmo Departamento, no Curso de Licenciatura em Letras/Inglês há o Projeto de Pesquisa: Direitos Humanos Brasil/Canadá: Aproximações e Contrastes (projeto 10308 – concluído).

No Departamento de Letras Vernáculas, no Curso de Licenciatura em Letras/Português existe o Projeto de Pesquisa: Estudos Dialógicos da Linguagem: Contribuições para Pesquisas em Linguística Aplicada nos Contextos Escolares e Não-Escolares (projeto 12638 – cancelado).

A respeito dos Projetos de Ensino (Quadro 08), destacam-se uma vez que fortalecem a formação acadêmica e desenvolvimento de práticas sociais e pedagógicas diferenciadas, contribuindo para uma formação inicial mais crítica.

Quadro 08 – Projetos de Ensino da UEL que Contemplam a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos.

DEPARTAMENTO	QUANTIDADE PROJETOS TOTAL	QUANTIDADE PROJETOS RELACIONADOS
Computação	14	Zero
Física	36	Zero
Geografia	04	Zero
Ciências Biológicas	06	Zero
Matemática	33	Zero
Química	19	Zero
Artes Visuais	09	Zero
Educação	30	01
Música	27	Zero
Educação Física	14	Zero
Ciências Sociais	30	Zero
Filosofia	10	Zero
História	13	Zero
Letras Estrangeiras Modernas	37	Zero
Letras Vernáculas	16	Zero

Fonte: A Autora, 2025.

No Departamento de Educação o Curso de Licenciatura em Pedagogia dispõe do Projeto de Ensino: Política e Gestão da Educação: Contribuições para a Formação de Pedagogos que Atuam na Coordenação do Trabalho Pedagógico em Espaços de Educação Formal e Não-Formal (projeto 00495 – concluído).

A partir do momento que a Universidade Estadual de Londrina se destaca entre as Universidades Públicas Estaduais do Sul do Brasil, de acordo com *Times Higher Education World University Rankings 2026*, espera-se que a UEL esteja seguindo as normativas estabelecidas pelas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos bem como o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná, porém, encontra-se quantidades mínimas comparadas ao todo.

Enquanto os Projetos de Ensino são desenvolvidos dentro da Universidade, os Projetos de Extensão (Quadro 09) são desenvolvidos no exterior do campus universitário, em conjunto com a comunidade.

Quadro 09 – Projetos de Extensão da UEL que Contemplam a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos.

DEPARTAMENTO	QUANTIDADE PROJETOS TOTAL	QUANTIDADE PROJETOS RELACIONADOS
Computação	26	Zero
Física	48	Zero
Geografia	09	01
Ciências Biológicas	62	Zero
Matemática	46	Zero
Química	37	Zero
Artes Visuais	21	Zero
Educação	100	Zero
Música	35	Zero
Educação Física	52	Zero
Ciências Sociais	57	Zero
Filosofia	12	01
História	53	Zero
Letras Estrangeiras Modernas	66	Zero
Letras Vernáculas	50	Zero

Fonte: A Autora, 2025.

O Departamento de Geografia possui o Projeto de Extensão “Grades em Transgressão: Novos Horizontes de Inclusão e Inovação Social para Mulheres” (projeto 02649 – em execução) com o objetivo de organizar ações por meio da constituição de uma rede multidisciplinar de profissionais que possam, por meio de atividades de extensão, pesquisa e ensino, promover oficinas, minicursos e palestras, aulas, entre outros movimentos, ao encontro de fomentar soluções para os desafios sociais que são, como conhecido, de complexa intervenção, no sentido de promover

a inclusão social das mulheres, ofertando a elas autonomia e empoderamento.

O Departamento de Filosofia possui o Projeto de Extensão “Grupo de Estudos em Bioética e Direitos Humanos – A Empatia nos Cuidados em Saúde” (projeto 02740 – cancelado) que objetivava analisar a importância da empatia nas relações humanas aplicadas ao contexto de saúde a partir dos referenciais bioéticos.

Entendendo a necessidade da comunidade participar das atividades acadêmicas, e também da Universidade Estadual de Londrina cumprir com as resoluções nacionais e as normativas estaduais, o esperado seria a UEL desenvolver um número maior de atividades referentes às temáticas em questão.

Considerando a quantidade total de projetos ofertados pela Universidade Estadual de Londrina e a quantidade de projetos que se relacionam com as temáticas em questão (Quadro 10), entende-se que tais assuntos não são constantemente abordados.

Quadro 10 – Quantidade Total de Projetos da UEL que Contemplam a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos.

	Quantidade Total	Projetos Relacionados
Projetos de Pesquisa	4.797	18
Projetos de Ensino	298	01
Projetos de Extensão	674	02
TOTAL	5.769	21

Fonte: A Autora, 2025.

De acordo com os dados obtidos, cerca de cerca de 0,3% de todos os Projetos Acadêmicos ofertados pela Universidade Estadual de Londrina se relacionam com as temáticas da privação de liberdade e/ou direitos humanos. Além de tal informação colocar em prática de maneira ínfima as resoluções federais e as normativas estaduais, os Projetos são mecanismos que possibilitam a interação entre a teoria e a prática.

Os Projetos da UEL também são essenciais para qualificar os docentes durante sua formação inicial, considerando inclusive que o processo formativo ocorre de maneiras diversas. Destaca-se que competências pessoais e profissionais são fortalecidas por meio da promoção de atividades acadêmicas que não sejam apenas desenvolvidas em sala de aula.

Nesse sentido, o número baixo de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão relacionados com a temática dos direitos humanos bem como da privação de liberdade, dentro da própria Universidade Estadual de Londrina, traz consigo um

descompasso em relação às diretrizes vigentes em nível Brasi, Paraná e também da UEL. Logo, deseja-se que a Universidade Estadual de Londrina estabeleça novos e outros Projetos Acadêmicos acerca das temáticas vigentes.

À exemplo, uma política afirmativa que envolva a tríade Ensino-Pesquisa-Extensão para a promoção de uma formação a respeito dos direitos humanos, preencheria uma lacuna existente dentro da Universidade Estadual de Londrina. Essa ausência, mesmo diante das normativas estabelecidas por meio do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, ainda não são tratados com devida importância dentro da formação inicial dos professores. Assim, persiste a formação de profissionais que não estão totalmente conscientes de suas funções dentro do ambiente educacional.

Porém, cabe destacar que dentro da Universidade Estadual de Londrina, há o Serviço de Bem Estar à Comunidade, conhecido como SEBEC, que possui como missão a ideia de desenvolver ações, na perspectiva da atenção e assistência individual e coletiva à comunidade universitária, sejam estes servidores agentes universitários, docentes e estudantes, buscando operacionalizar serviços e programas nas áreas de saúde do trabalhador, segurança do trabalho, segurança alimentar e nutricional, serviço social, psicologia e permanência estudantil.

Nesse contexto, tais ações preveem atenção às questões relacionadas a diversidade social e cultural, a saúde, às violências de toda natureza, a precarização do trabalho, a inclusão social e a violação de direitos humanos, ou seja, mesmo que as licenciaturas da UEL não estejam totalmente alinhadas em relação à difusão de conhecimento relacionados aos direitos humanos, há um órgão que pertence à Universidade e regulamenta a violação dos direitos humanos. Mesmo que de maneira teórica não haja uma efetiva fiscalização, do ponto de vista prático existe.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção diz respeito aos caminhos metodológicos utilizados a fim de compreender quais são as quantidades de disciplinas dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que se relacionam com a privação e/ou direitos humanos.

Por meio de análise das informações dispostas no *site*⁵ da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Estadual de Londrina, analisou-se os currículos de todos os 16 cursos de licenciatura ofertados pela UEL: Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Computação, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Letras/Português, Matemática, Música, Pedagogia e Química.

Assim, a análise ocorreu pelas ementas vigentes entre 2019 e 2023, pois abrangeu o período em que houve a reformulação dos cursos de licenciatura da Universidade, ou seja, englobou as ementas mais recentes e/ou atuais.

Com o intuito de desenvolver uma análise que contribua significativamente dentro de uma pesquisa qualitativa, usou-se os mecanismos necessários para tal, visto que

A pesquisa qualitativa se preocupa com o processo e o comprometimento do pesquisador em estabelecer as técnicas apropriadas para a observação e sistematização dos dados dispensando assim a realização dos testes. No aspecto científico a pesquisa qualitativa somente se distingue da pesquisa quantitativa justamente nesse ponto da não necessidade de testes e laboratórios específicos. (Marques, 1997. p. 20).

A fim de desenvolver uma pesquisa minuciosa, rigorosa e crítica, percebeu-se que o Método de Bardin (2016) é o que mais se aproxima do objetivo proposto, uma vez que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (Bardin, 2016, p. 47).

Desse modo, para uma análise precisa faz-se essencial sistematizar, categorizar e interpretar o conteúdo existente nos currículos, dado que “[...] as pesquisas crítico-dialéticas, além das anteriores, utilizam a pesquisa-ação e a pesquisa participante.” (Gamboa in Fazenda, 2010, p. 95), porque o objetivo principal deste estudo é verificar se na formação inicial dos docentes a privação de liberdade

⁵Endereço eletrônico da Pró-Reitoria de Graduação da UEL: <https://sites.uel.br/prograd/graduacao/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-indice/>

e/ou os direitos humanos se fazem presentes.

Nesse sentido, deve-se considerar o caráter dinâmico da realidade em questão, como bem menciona o materialismo dialético, que “[...] estabelece-se como tentativa de busca das explicações lógicas, coerentes e racionais para os fenômenos naturais, sociais e do pensamento” (Franco, Carmo e Medeiros, 2013, p. 97).

Portanto, o método adotado para a investigação das ementas dos 16 cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina foi o da análise de conteúdo proposto por Bardin (2016), pois se mostrou ser o mais adequado para explorar os materiais necessários e possibilitar a interpretação de temáticas específicas voltadas ao cerne da pesquisa.

A análise das ementas ocorrerá a partir da leitura sistemática e atenta dos currículos considerando como unidades de registro os títulos e os objetivos, dispostos por meio do conteúdo pragmático, das disciplinas ofertadas. A partir disso, foram elaborados quadros que permitiram classificar os cursos de licenciatura conforme a abordagem direta ou ausente da temática da privação de liberdade e/ou direitos humanos.

Essa categorização é benéfica compreendendo que tal possibilitará a comparação entre os diferentes cursos de licenciatura oferecidos pela Universidade Estadual de Londrina, entendendo a respeito da quantidade de disciplinas e suas respectivas cargas horárias. Assim, evidencia-se a centralidade ou a marginalidade da temática na formação inicial dos professores.

Mediante o exposto, torna-se necessário expor quais foram – ou não – os critérios considerando para incluir tais disciplinas na análise da referida pesquisa. Dessa forma, “privação de liberdade”, “medidas socioeducativas”, “direitos humanos” e “educação não-formal” foram as palavras-chaves utilizadas.

O termo “educação não-formal” foi considerado, nesse levantamento, porque exemplifica que o ensino não ocorre somente na modalidade escolar, além de que, quando considerado, havia outros conceitos no ementário que se atrelava aos direitos humanos.

Alguns termos foram encontrados e descartados, como “educação em diferentes contextos” (porque não está diretamente atrelada à privação de liberdade), “população em vulnerabilidade” (porque não diz respeito somente à quem está na privação de liberdade) e também conceitos como “legislação atual”, “questões atuais” e “perspectivas da educação”, porque são genéricos e não específicos.

A disciplina de Políticas Públicas com conteúdo pragmático que menciona “mundo contemporâneo” bem como disciplinas que sugeriram fazer uma análise crítica da educação (não há uma relação direta entre as duas temáticas) e também disciplinas voltadas à educação inclusiva com pautas relacionadas ao preconceito, não foram inseridas.

Para tanto, a fim de colocar em prática o Método de Bardin (2016) e analisar a quantidade de disciplinas no total de todos os cursos, bem como a quantidade de disciplinas que possuem relação com a temática da privação de liberdade e/ou direitos humanos dentro dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina, elaborou-se os Quadros 11 e 12.

É importante salientar que o curso de História/Licenciatura teve duas reformulações, em 2021 e 2023, nos anos em questão, mantiveram-se a mesma quantidade de disciplinas referentes à privação de liberdade e aos direitos humanos, porém, sua última reformulação teve um acréscimo de 30h na carga horária em relação à anterior. Já o curso de Letras/Português teve duas reformulações, em 2023 e 2024, mas não houve alteração na quantidade de disciplinas referentes à privação de liberdade e aos direitos humanos. O curso de Música possui aumento de carga horária conforme o modelo de ênfase escolhido. Aliás, mesmo sendo criado em 2015, o curso de Computação aparece pela primeira vez no catálogo de cursos da UEL apenas em 2023.

Inclusive, a carga horária mencionada diz respeito somente às disciplinas, pois há cursos que a carga horária total conta também a carga horária de disciplinas optativas, estágio, atividades acadêmicas complementares entre outros.

Quadro 11 – Quantidade de Disciplinas e Carga Horária Referente à Privação de Liberdade ou Direitos Humanos em 2019.

CURSO	2019			
	QUANTIDADE DISCIPLINAS TOTAL	CARGA HORÁRIA TOTAL	QUANTIDADE DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA TOTAL
Artes Visuais	46	2.910h	01	60h
Ciências Biológicas	61	3.535h	03	105h
Ciências Sociais	37	2.960h	04	285h
Computação	X	X	X	X
Educação Física	49	2.650h	01	60h
Filosofia	29	3.010h	02	180h
Física	49	3.180h	X	X
Geografia	44	3.070h	05	340h

História	68	3.100h	06	180h
Letras/Espanhol	59	3.070h	08	605h
Letras/Inglês	37	3.000h	05	650h
Letras/Português	71	2.995h	03	105h
Matemática	30	3.000h	01	30h
Música	36	2.670h	02	300h
Pedagogia	53	3.075h	02	150h
Química	64	3.075h	01	30h

Fonte: A Autora, 2025.

A comparação entre os dados de 2019 e 2023 trazem consigo informações pertinentes quanto ao número de disciplinas nesses determinados anos, uma vez que com o alcance das informações o processo natural seria expandir a quantidade de disciplinas sobre temáticas voltadas ao desenvolvimento humano e social.

Quadro 12 – Quantidade de Disciplinas e Carga Horária Referente à Privação de Liberdade ou Direitos Humanos em 2023.

CURSO	2023			
	QUANTIDADE DISCIPLINAS TOTAL	CARGA HORÁRIA TOTAL	QUANTIDADE DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA TOTAL
Artes Visuais	52	2.820h	01	60h
Ciências Biológicas	60	3.025h	04	180h
Ciências Sociais	32	2.465h	04	285h
Computação	49	2.820h	01	60h
Educação Física	55	3.060h	03	90h
Filosofia	33	2.350h	01	90h
Física	45	2.890h	04	240h
Geografia	36	2.800h	03	290h
História	68/69	3.000h/ 2.710h	06	180h
Letras/Espanhol	55	2.830h	07	590h
Letras/Inglês	31	2.540h	05	650h
Letras/Português	63	2.890h	02	90h
Matemática	33	2.860h	01	30h
Música	36	2.670h	03	180h
Pedagogia	49	2.902h	04	255h
Química	60	2.065h	01	30h

Fonte: A Autora, 2025.

A partir das informações apresentadas (Quadro 11 e Quadro 12), procede-se à comparação entre diferentes categorias, uma vez que “classificar é comparar, é colocar junto àquilo que se julga semelhante. Por isso, a categorização está intimamente ligada à operação de comparação” dado que “a comparação entre categorias é uma das operações mais fecundas da análise de conteúdo” (Bardin, 2016).

Para tanto, esse processo visa não apenas descrever o conteúdo manifesto (Bardin, 2016), mas também inferir sentidos latentes que possam indicar tendências, silenciamentos e potencialidades no campo da educação em contextos de restrição de liberdade.

A Análise de Conteúdo é uma ferramenta que permite a transformação dos dados brutos em categorias que facilitam o entendimento acerca das informações, viabilizando compreender de maneira qualitativa, nesse caso, a disposição das ementas dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina.

A interpretação dos dados expostos a partir da categorização anteriormente mencionada, traz consigo referências a respeito da compreensão, ou não, da importância de se estudar sobre as possibilidades de atuação de um docente no Brasil, ou seja, a temática em questão traz dados relacionados às lacunas ou avanços na formação de professores por parte da Universidade Estadual de Londrina.

5. ANÁLISE DO EMENTÁRIO

5.1 ARTES VISUAIS

O curso de licenciatura em Artes Visuais da Universidade Estadual de Londrina teve sua criação no ano de 2005 e, de acordo com a PROGRAD, os campos de atuação do licenciado em Artes Visuais é em instituições de ensino pública e privada, atelier de arte e projetos culturais comunitários.

Assim, observando o ementário do curso em questão no ano de 2019, que entrou em vigor no mesmo ano, (Quadro 13) é possível constatar que há somente 01 disciplina que se relaciona com a temática da privação de liberdade e/ou direitos humanos.

Quadro 13 - Disciplinas do Curso de Artes Visuais/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
6ART117	Poéticas Híbridas II	Pesquisa estética, concepção e compreensão do espaço tridimensional na contemporaneidade. A transdisciplinaridade nas poéticas contemporâneas. Arte e meio ambiente. Arte contemporânea, diversidade cultural e direitos humanos. Elaboração e desenvolvimento de projetos poéticos transdisciplinares.	5ª	60h

Fonte: A autora, 2025.

A análise acima constata que das 46 disciplinas existentes na carga horária do curso, somente 02% de sua carga horária total está disposta a tratar de temas relacionados aos direitos humanos. Vale mencionar que a disciplina em questão, inclusive, será executada somente na última série do curso. Cabe a reflexão se tal(is) assunto(s) não deveriam ser pautados anteriormente.

Em 2023 os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas, e a disciplina de Poéticas Híbridas I permaneceu no currículo do Curso de Artes Visuais (Quadro 14).

Quadro 14 - Disciplinas do Curso de Artes Visuais/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
6ART159	Poéticas Híbridas I	Pesquisa estética, concepção e compreensão do espaço tridimensional na contemporaneidade. A transdisciplinaridade nas poéticas contemporâneas. Arte e meio ambiente. Arte contemporânea, diversidade cultural e direitos humanos. Elaboração e desenvolvimento de projetos poéticos transdisciplinares.	4ª	60h

Fonte: A autora, 2025.

A reformulação proposta pela Universidade Estadual de Londrina tinha como objetivo trazer novos currículos aos cursos a fim de relacionar temas mais atuais com a profissionalização dos futuros educadores. Dessa forma, a disciplina em 2019 era ofertada após Poéticas Híbridas I, ofertada na última série do curso com código 6ART117. Após a reformulação, a disciplina, com mesma descrição de 2019, está referida como Poéticas Híbridas I (6ART159) sendo ofertada no penúltimo ano do curso.

Assim, o curso de Artes Visuais aumentou para 52 suas disciplinas totais, mas permaneceu com apenas 01 disciplina relacionada com a questão dos direitos humanos, ou seja, permaneceu com apenas 02% de sua carga horária total, mesmo após a reformulação.

5.2 CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

O curso de licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Londrina teve sua criação no ano de 1971 e, de acordo com a PROGRAD, os campos de atuação do licenciado em Ciências Biológicas é em escolas de Educação Básica, Instituições de Ensino Superior, Institutos de Pesquisa, Fundações, Autarquias, Organizações não Governamentais, Indústrias, Secretarias de Estado, Prefeituras, consultorias e assessorias a Empresas.

Assim, observando o ementário do curso em questão no ano de 2019, que entrou em vigor no ano de 2018, (Quadro 15) é possível constatar que há 03 disciplinas que se relacionam com a temática da privação de liberdade e/ou direitos

humanos.

Quadro 15 - Disciplinas do Curso de Ciências Biológicas/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
6BIO084	Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental	Convenções, legislações e documentos que amparam, fundamentam e conceituam a Educação Ambiental: Educação Ambiental Formal, Informal e Não Formal; Tendências Pedagógicas da Educação Ambiental; Educação Ambiental, Sustentabilidade e Cidadania; Atividades e recursos didáticos em Educação Ambiental.	1 ^a	30h
6BIO066	Bioética	Fundamentos da Ética e Bioética. Bioética e Direitos Humanos. Bioética em sociedades democráticas, multiculturais, pluriétnicas e relações étnico raciais e história e cultura afro-brasileira. Bioética e Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Bioética e sustentabilidade.	3 ^a	30h
6EDU148	Políticas Públicas para a Educação Básica	Educação como prática social e cultural e a escola como um dos espaços educativos. Formação histórica da organização escolar e seus projetos educativos a partir do século XX. A organização do sistema público de ensino no contexto da Educação Básica na legislação brasileira atual: aspectos administrativos e pedagógicos. Professor: formação e atuação.	4 ^a	45h

Fonte: A autora, 2025.

De todas as 61 disciplinas existentes no ementário do curso, somente 03 se relacionavam com os temas em questão, ou seja, apenas 5%. Também se menciona que as disciplinas estão distribuídas durante as séries da graduação e não se concentram apenas em uma em específico.

Dessa maneira, considerou-se que os termos “Educação Informal” e “Educação Não Formal” poderiam abranger as temáticas da educação na privação de liberdade e também os direitos humanos, bem como “Professor: Formação e Atuação” uma vez que o professor se forma para atuar não apenas no ambiente

escolar.

Em 2023 os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas, e, a partir de então, 04 disciplinas que estão dispostas no ementário se relacionam com a temática em questão (Quadro 16).

Quadro 16 - Disciplinas do Curso de Ciências Biológicas/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2BIO012	Bioética	Fundamentos de Ética e Bioética. Direitos Humanos e Diversidade. Bioética em sociedades democráticas, multiculturais, pluriétnicas e relações étnico-raciais e história e cultura afro-Brasileira. Bioética e desenvolvimento científico e tecnológico. Bioética e Sustentabilidade.	1 ^a	30h
2EDU034	Políticas Públicas para a Educação Básica	Educação como prática social e cultural e a escola como um dos espaços educativos. Formação histórica da organização escolar e seus projetos educativos a partir do século XX. A organização do sistema público de ensino no contexto da Educação Básica na legislação brasileira atual: aspectos administrativos e pedagógicos. Professor: formação e atuação.	1 ^a	60h
2BIO010	Educação e Interpretação Ambiental	Convenções, legislações e documentos que amparam, fundamentam e conceituam a educação ambiental; Tendências pedagógicas da educação ambiental brasileira; Sociedade, cidadania, meio ambiente, sustentabilidade, educação e interpretação ambiental; Contributos da educação e interpretação ambiental às organizações de educação formal e não formal; Atividades, ações e recursos didáticos em educação e interpretação ambiental.	1 ^a	60h
2EDU034	Políticas Públicas para a Educação Básica	Educação como prática social e cultural e a escola como um dos espaços educativos. Formação histórica da organização escolar e seus	1 ^a	60h

		projetos educativos a partir do século XX. A organização do sistema público de ensino no contexto da Educação Básica na legislação brasileira atual: aspectos administrativos e pedagógicos. Professor: formação e atuação.		
--	--	---	--	--

Fonte: A autora, 2025.

A partir dessa reformulação, o curso de Ciências Biológicas destinou aproximadamente 06% de sua carga horária total para temáticas que se relacionam com a privação de liberdade e/ou direitos humanos, concentrando todas as 05 disciplinas na primeira série.

Assim, o curso de Ciências Biológicas/Licenciatura permaneceu com as disciplinas de Bioética e Políticas Públicas para a Educação Básica, mesmo com a alteração em seus respectivos códigos (no caso da disciplina de Políticas Públicas para a Educação Básica, também houve alteração na carga horária e série de oferta) e, aliás, a disciplina voltada para a Educação Ambiental permaneceu com a mesma temática, porém, com reformulação no nome, código e também sua carga horária.

Salienta-se que o curso de Ciências Biológicas/Licenciatura de fato propôs uma reforma em seu currículo vigente, beneficiando seus graduandos uma vez que agora podem estudar a respeito de pautas antes não mencionadas de maneira recorrente.

5.3 CIÊNCIAS SOCIAIS

O curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina teve sua criação no ano de 1972 e, de acordo com a PROGRAD, os campos de atuação do licenciado em ciências sociais é em escolas públicas e privadas de ensino fundamental, médio e superior.

Assim, observando o ementário do curso em questão no ano de 2019, que entrou em vigor no mesmo ano (Quadro 17), é possível constatar que há 04 disciplinas que se relacionam com a temática da privação de liberdade e/ou direitos humanos.

Quadro 17 - Disciplinas do Curso de Ciências Sociais/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
1SOC123	Ciência	Vontade geral. As revoluções	2º	75h

	Política I	burguesas e a construção da democracia moderna. Governo representativo, federalismo e direitos do homem. Conservadorismo. A crítica ao contratualismo.		
1SOC126	Sociologia II	Análise sociológica das diferenciações, distinções e desigualdades: diferentes perspectivas teóricas. Direitos Humanos e Inclusão.	3º	60h
1SOC136	Ciência Política III	Estado, racionalização e burocracia. Teorias da democracia. Direitos Humanos. Instituições democráticas e participação política. Críticas à democracia representativa.	4º	60h
1SOC160	Metodologia de Ensino em Sociologia II	A Sociologia no Ensino Médio. O professor como intelectual e pesquisador. A formação de métodos adequados ao ensino das Ciências Sociais nas escolas. Educação Especial. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Elaboração de planos anuais, de unidade e de aulas. Preparação de materiais e recursos didáticos. Métodos de ensino. Orientações para o Estágio II.	7º	90h

Fonte: A autora, 2025.

Assim, a carga horária total do curso é de 2.960h e aproximadamente 9,5% é destinada para as temáticas em questão. Ressalta-se também que as disciplinas estão distribuídas de maneira não concentrada, evidenciando que o assunto será tratado de maneira recorrente durante o percurso do graduando.

Em 2023 os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas, e o curso de Ciências Sociais permaneceu ofertando as mesmas 04 disciplinas existentes em seu último currículo (Quadro 18).

Quadro 18 - Disciplinas do Curso de Ciências Sociais/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2SOC040	Ciência	Vontade geral. As revoluções burguesas	1ª	75h

	Política I	e a construção da democracia moderna. Governo representativo, federalismo e direitos do homem. Conservadorismo. A crítica do contratualismo.		
2SOC042	Sociologia II	Análise sociológica das diferenciações, distinções e desigualdades: diferentes perspectivas teóricas. Direitos Humanos e Inclusão.	2ª	60h
2SOC046	Ciência Política III	Convenções, legislações e documentos que amparam, fundamentam e conceituam a educação ambiental; Tendências pedagógicas da educação ambiental brasileira; Sociedade, cidadania, meio ambiente, sustentabilidade, educação e interpretação ambiental; Contributos da educação e interpretação ambiental às organizações de educação formal e não formal; Atividades, ações e recursos didáticos em educação e interpretação ambiental.	2ª	60h
2SOC053	Metodologia de Ensino de Ciências Sociais II	A Sociologia no Ensino Médio. O/a docente como intelectual e pesquisador. A formação de métodos adequados ao ensino das Ciências Sociais nas escolas. Educação Especial. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Elaboração de Planos anuais, de unidade e de aulas. Preparação de materiais e recursos didáticos. Métodos de ensino. Orientações para o Estágio II.	3ª	90h

Fonte: A autora, 2025.

É válido destacar que houve uma redução da carga horária total do curso, se tornando 2.565 após a reformulação, porém, disciplinas ofertadas permaneceram as mesmas e alterou-se de ofertas semestrais para anuais. A permanência dessas disciplinas em específico demonstra que há interesse em formar professores críticos e entendidos acerca dos direitos humanos e também da atuação em locais com jovens que cumprem medidas socioeducativas.

5.4 COMPUTAÇÃO

O curso de licenciatura em Computação da Universidade Estadual de Londrina teve uma oferta de maneira única em agosto de 2017 até dezembro de 2021. De acordo com a PROGRAD, o curso foi ofertado via UAB (Universidade Aberta do Brasil) e foi o primeiro curso de graduação 100% EAD ofertado pela Universidade.

O profissional formado, de acordo com a Resolução CEPE/CA nº 01/2023, deve ter um perfil que tenha conhecimento das questões sociais, profissionais, legais, éticas, políticas e humanísticas. Também deve compreender o impacto da computação e suas tecnologias na sociedade no que concerne ao atendimento e à antecipação estratégica das necessidades da sociedade.

Além de que, devem possuir a capacidade de fazer uso da interdisciplinaridade e introduzir conceitos pedagógicos no desenvolvimento de Tecnologias Educacionais, permitindo uma interação humano-computador inteligente, visando o ensino-aprendizagem assistidos por computador, bem como nas interações de educação à distância, sendo capazes de, como docentes, estimular a investigação científica com visão de avaliação crítica e reflexiva e também de atuar no desenvolvimento de processos de orientação, motivação e estimulação da aprendizagem, com a seleção de plataformas computacionais adequadas às necessidades das organizações.

No próprio *site* da PROGRAD não é possível encontrar o ementário do curso de licenciatura em Computação em sua primeira oferta, no ano de 2017, assim, o curso aparece pela primeira vez no catálogo de cursos da UEL apenas em 2023 (Quadro 19). É válido mencionar que em 2023 as ementas dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina passaram por um processo de reformulação.

Quadro 19 - Disciplinas do Curso de Computação/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
8CMP006	Políticas Educacionais	Estrutura da Educação brasileira; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas regulamentações complementares; Plano Nacional de Educação; Política Nacional de Direitos Humanos; Base Nacional Comum Curricular: Referencial Curricular do Estado do Paraná; a formação tecnológica digital nas políticas públicas nacionais e regionais.	1ª	60h

Fonte: A autora, 2025.

Acima é possível observar que apenas 01 disciplina do curso se relaciona com a temática da dos direitos humanos. Assim sendo, apenas 02% da carga horária total do curso é destinada para essa questão que está vigente em nossa sociedade. Também se percebe que apenas está relacionada na primeira série do curso de

graduação, fato esse que deve ser considerado uma vez que durante a formação do profissional deve-se retornar a falar a respeito de pautas atuais.

5.5 EDUCAÇÃO FÍSICA

O curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Londrina teve sua criação no ano de 1972 e, de acordo com a PROGRAD, os campos de atuação do licenciado em Educação Física é em escolas ou instituições que ofereçam: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e atendimento educacional para portadores de necessidades especiais.

Fazendo uma análise sobre o currículo do curso em questão no ano de 2019, que entrou em vigor no ano de 2015 (Quadro 20), foi possível encontrar somente 01 disciplina que contemplava a temática da privação de liberdade e/ou direitos humanos.

Quadro 20 - Disciplinas do Curso de Educação Física/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
6EDU133	História da Educação no Brasil	Escola na modernidade. História da organização escolar no Brasil, com ênfase nos séculos XIX e XX, em seus diferentes níveis e modalidades. Construção histórica dos conteúdos escolares e da profissão docente. Relações entre educação e direitos humanos.	1ª	60h

Fonte: A autora, 2025.

Dessa maneira, de todas as 49 disciplinas no curso, apenas 2,2% da carga horária total é destinada para as temáticas vigentes. Também se ressalta que a ementa sugere a integração de temas relacionados à educação e aos direitos humanos, porém, em nenhum momento há menção dos termos “educação em privação de liberdade”.

Em 2023 os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas, e o curso de Educação Física passou a dispor, então, de 03 disciplinas que se relacionam com as temáticas.

Quadro 21 - Disciplinas do Curso de Educação Física/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2EMH003	Educação Física Inclusiva e Diversidade	Conceitos, história e aspectos legais da Educação Física Inclusiva. Direitos Humanos, diversidade cultural e inclusão social.	1ª	30h
2EDU028	História da Educação	Escola na modernidade. História da organização escolar no Brasil, com ênfase nos séculos XIX e XX, seus diferentes níveis e modalidades. Construção histórica dos conteúdos escolares e da profissão docente. Relações entre educação e direitos humanos.	3ª	30h
2EST901	Estágio Curricular Obrigatório I	Concepção de estágio curricular. Orientações acadêmicas administrativas. Acompanhamento, planejamento e regência de aulas de Educação Física na Educação Básica e suas modalidades de ensino. Elaboração e desenvolvimento de projetos educativos para comunidade escolar e instituições socioeducativas	3ª	30h

Fonte: A autora, 2025.

Mesmo o curso propondo alterações em seu ementário, cabe evidenciar que agora dispondo de 03 disciplinas acerca das temáticas em questão, em linhas gerais aumentou-se apenas 30h na quantidade total de horas destinadas ao estudo acerca da educação na privação de liberdade e/ou direitos humanos.

A disciplina que já existia na última ementa permaneceu com a mesma descrição, mas sendo ofertada agora no 3ª e não na 1ª série, e com a redução pela metade da carga horária total. Destaca-se que a partir de 2023 o curso de Educação Física da Universidade Estadual de Londrina dispõe de estágio curricular obrigatório em instituições socioeducativas.

5.6 FILOSOFIA

O curso de licenciatura em Filosofia da Universidade Estadual de Londrina teve sua criação no ano de 1972 e, de acordo com a PROGRAD, os campos de atuação do licenciado em Filosofia é em instituições de ensino públicas e privadas, empresas e outras entidades.

Conforme análise acerca do ementário do curso em questão no ano de 2019, que entrou em vigor no mesmo ano (Quadro 22), percebeu-se que havia somente 02 disciplinas que se relacionavam com a temática da privação de liberdade e/ou direitos humanos.

Quadro 22 - Disciplinas do Curso de Filosofia/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
1FIL051	Núcleo Teórico/Prático de Filosofia Política	Filosofia Política: fundamentos filosóficos dos direitos humanos, história e cultura Afro-Brasileira e Africana. Tópicos de Filosofia Política. Produção de atividades ou materiais didático-pedagógicos envolvendo tópicos especiais de filosofia política.	5º	90h
1FIL053	Núcleo Teórico/Prático de Ética	O direito à educação enquanto princípio ético: educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Tópicos de Ética. Produção de atividades ou materiais didático-pedagógicos envolvendo tópicos especiais de ética.	6º	90h

Fonte: A autora, 2025.

As disciplinas acima representam cerca de 06% da carga horária total do curso, que dispõe de 29 disciplinas ao todo. Dessa forma, na disciplina 1FIL051 encontra-se em sua descrição a temática dos direitos humanos enquanto na disciplina 1FIL053 dispõe da temática da educação de adolescentes e jovens que estão em cumprimento de medidas socioeducativas. As disciplinas também são ofertadas mais próximas à conclusão do curso.

Em 2023 os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas, e nesse momento o curso de licenciatura em Filosofia reformulou seu ementário (Quadro 23) trazendo alterações significativas.

Quadro 23 - Disciplinas do Curso de Filosofia/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2FIL011	Seminários de Temas Transversais II	Direitos humanos, Ética e Educação. Diversidade sexual, étnico-racial, religiosa, de gênero e de faixa geracional. Educação para Relações étnico-raciais: igualdade e respeito às diferenças. Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Educação Ambiental. Ética socioambiental e consumo consciente. Cultura de massa e indústria	1ª	90h

		cultural.		
--	--	-----------	--	--

Fonte: A autora, 2025.

No curso houve a alteração de semestre para série mas o destaque é a redução de disciplinas com as temáticas vigentes, uma vez que aumentou a quantidade de disciplinas ofertadas, de 29 para 33, mas o currículo dispõe somente de 90h totais, durante toda a formação do profissional, para debater a questão dos direitos humanos.

5.7 FÍSICA

O curso de licenciatura em Física da Universidade Estadual de Londrina teve sua criação em 1974 e, de acordo com a PROGRAD, os campos de atuação do licenciado em física é em instituições de ensino médio e superior.

Assim, analisando o currículo do curso em questão no ano de 2019, formulado e implantado pelo mesmo ano, com a carga horária do curso sendo de 3.180h e dispondo de 49 disciplinas, nenhuma possuía relação com a temática da privação da liberdade e/ou direitos humanos.

Em 2023 os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas, dessa maneira, o curso de Física teve uma alteração, dispondo, até então, de 04 disciplinas com relação às temáticas (Quadro 24).

Quadro 24 - Disciplinas do Curso de Física/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2FIS116	Iniciação à Docência I	Aspectos gerais da formação do professor de Física: dimensão sócio-histórica do professor. Uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) na educação: concepções, teorias e metodologias. Ambiente virtual de aprendizagem. O uso das TICs e a aprendizagem. A Didática no centro das teorias pedagógicas. Saberes, competências e atitudes docentes. Transposição Didática. O ensino de Física e a Metodologia de projetos: concepções teóricas. Planejamento e desenvolvimento de atividades didático-científicas através da metodologia de projetos. Direitos Humanos, História e Cultura Afro-	1ª	60h

		Brasileira e Africana. Trabalho de Campo.		
2FIS119	Iniciação à Docência II	<p>Introdução ao estudo das Tendências Pedagógicas Liberais e Progressistas. Planejamento didático do ensino: perspectiva crítica, estratégias e etapas para elaboração. Planejamento de curso e de aulas: elementos norteadores.</p> <p>Uso de <i>softwares</i> e <i>applets</i> educativos de animação, simulação e modelagem. Técnicas de resolução de problemas em Física. Preparação das aulas e o uso de estratégias pertinentes ao ensino da Física. Simulação de aulas: resolução de problemas de Física.</p> <p>Conteúdo estruturante das simulações de aulas: cinemática, dinâmica newtoniana, ondas e oscilações. Planejamento e desenvolvimento de atividades didático-científicas através da metodologia de projetos. Direitos Humanos, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Trabalho de Campo.</p>	1ª	60h
2FIS122	Iniciação à Docência III	<p>Uso de <i>softwares</i> e <i>applets</i> educativos de animação, simulação e modelagem. Uso das redes sociais e da internet como ferramenta de ensino.</p> <p>Interdisciplinaridade. Métodos e técnicas de ensino de Física. Preparação das aulas e o uso de estratégias pertinentes ao ensino da Física. Simulação de aulas de Física direcionadas para o Ensino Médio. Conteúdo estruturante das simulações de aulas: termodinâmica, eletricidade, magnetismo e óptica. Planejamento e desenvolvimento de atividades didático-científicas através da metodologia de projetos. Direitos Humanos, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Trabalho de Campo.</p>	2ª	60h
2FIS125	Iniciação à Docência IV	<p>Pressupostos epistemológicos da avaliação do processo de ensino aprendizagem. Avaliação diagnóstica e mediadora. A avaliação formativa e crítica.</p> <p>Metodologia, critérios e instrumentos utilizados na avaliação. Uso de <i>softwares</i> e <i>applets</i> educativos de animação, simulação e modelagem.</p> <p>Simulação de aulas de Física</p>	2ª	60h

		<p>direcionadas para o Ensino Médio. Conteúdo estruturante das simulações de aulas: Física Moderna. Planejamento e desenvolvimento de atividades didático-científicas através da metodologia de projetos. Direitos Humanos, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Direitos Humanos, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Trabalho de Campo.</p>		
--	--	--	--	--

Fonte: A autora, 2025.

As disciplinas acima são todas obrigatórias e estão dispostas entre os dois primeiros anos da licenciatura, sendo a continuação de somente uma disciplina: Iniciação à Docência. É válido mencionar que em 2019 o curso dispunha de 49 disciplinas com carga horária total de 3.180h, com a reformulação passou para 45 disciplinas com carga horária total de 2.890h, ou seja, a alteração da ementa do curso foi benéfica nesse aspecto. Portanto, em relação ao currículo do ano de 2023, aproximadamente 9% das disciplinas são destinadas a questões relacionadas aos direitos humanos, uma vez que não há nenhuma menção à educação na privação de liberdade.

5.8 GEOGRAFIA

O curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Londrina teve sua criação no ano de 1958 e, de acordo com a PROGRAD, os campos de atuação do licenciado em Geografia é em universidades, institutos de pesquisa, órgãos estatais e iniciativa privada.

Assim, analisando o currículo do curso em questão no ano de 2019, que entrou em vigor no mesmo ano (Quadro 25), foi possível encontrar 05 disciplinas que completavam a temática da privação de liberdade ou direitos humanos.

Quadro 25 - Disciplinas do Curso de Geografia/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
1GEO136	Geografia da População	Geografia da população: teorias demográficas e conceitos fundamentais. Políticas e dinâmicas demográficas no mundo e no Brasil. Diversidade e	1º	60h

		desigualdade étnico-racial: afro-brasileiros e indígenas. População e Direitos Humanos. Trabalho de campo.		
1GEO140	Fundamentos da Geografia Escolar	As tendências da sociedade na contemporaneidade e as origens do ensino de Geografia nas escolas elementares, sua situação atual e perspectivas. As bases teóricas, epistemológicas e metodológicas da Ciência Geográfica. A formação do professor nos diferentes níveis e modalidades de ensino no Brasil. Trabalho de campo.	2º	60h
1EDU017	Políticas Educacionais	Educação como prática social e cultural e a escola como um dos espaços educativos. Formação histórica da organização escolar e seus projetos educativos a partir do século XX. A organização do sistema público de ensino no contexto da Educação Básica na legislação brasileira atual: aspectos administrativos e pedagógicos. Professor: formação e atuação. Observação em escolas do ensino básico.	4º	60h
1EST336	Estágio de Vivência Docente em Geografia II	Vivência e observação na Educação do Campo e em instituições que atendem jovens e adolescentes com privação de liberdade para a sua caracterização e para ações de intervenção na sala de aula. Trabalho de campo. Sistematização e reflexão crítica dos resultados obtidos por meio do Relatório II.	5º	100h
1GEO173	Ensino da Geografia da Diversidade	As concepções do racismo científico e políticas de embranquecimento. Diálogos sobre desigualdade étnico-racial e a história e cultura dos afrobrasileiros, africana e indígena. Multiculturalismo/interculturalismo, identidade, religião e política e as manifestações no espaço geográfico. Diversidade sexual de gênero e sua relevância para o ensino de Geografia. Direitos Humanos e educação geográfica. Trabalho de campo.	8º	60h

Fonte: A autora, 2024.

Entendendo que o curso possuía, naquele determinado ano, 44 disciplinas e

carga horária total de 3.070h, as disciplinas em questão representavam cerca de 340h, ou seja, aproximadamente 11% do curso. Inclusive, as disciplinas não se concentram, pois estão dispostas desde o primeiro até o último semestre do curso.

Em 2023 os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas, que afetou o curso de Geografia uma vez que o ementário novo trazia consigo somente 03 disciplinas (Quadro 26) que possuíam relação com a privação de liberdade e/ou direitos humanos.

Quadro 26 - Disciplinas do Curso de Geografia/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2GEO022	Fundamentos de Geografia Escolar	Tendência da sociedade contemporânea, educação e suas relações socioeconômicas, políticas e culturais. Currículo escolar, Formação e Identidade da docência no cotidiano escolar. Relações entre educação, trabalho, juventude e cidadania. Atividade em EAD. Trabalho de Campo.	2ª	105h
2EST329	Estágio em Geografia para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Vivência e observação da realidade em escolas de educação de jovens e adultos (EJA) para a sua caracterização e práticas de intervenção em sala de aula e em espaços para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. Trabalho de campo. Sistematização e reflexão crítica dos resultados obtidos por meio de Relatório de Estágio.	3ª	80h
2GEO033	Ensino de Geografia, Interculturalidade e Decolonialidade	Perspectivas decoloniais no ensino de Geografia. Racismo estrutural. Desigualdades étnico-racial, sexual e de gênero e educacional. Direitos Humanos. Religião e religiosidade. Atividades em EAD. Trabalho de Campo	4ª	105h

Fonte: A autora, 2024.

Após a reforma, então, somente a disciplina de Estágio que permaneceu com a descrição semelhante, porque as outras disciplinas foram descartadas e novas foram incluídas. Também, não há disciplinas a respeito de tais temáticas durante o ano de ingresso do estudante na graduação, além de que houve a alteração de semestre para série.

Desse modo, a alteração na grade curricular do curso deveria ocorrer com o

intuito de se adaptar melhor às novas realidades, atendendo tanto as necessidades dos alunos quanto ajudando os futuros professores a se prepararem para atuar em contextos não apenas escolares, fato que não houve.

5.9 HISTÓRIA

O curso de licenciatura em História da Universidade Estadual de Londrina teve sua criação no ano de 1972 e, de acordo com a PROGRAD, os campos de atuação do licenciado em história é em escolas públicas e privadas, universidades, museus, instituições e arquivos oficiais, editoras, bibliotecas e empresas

Assim, analisando o currículo em questão no ano de 2019, que entrou em vigor no mesmo ano, (Quadro 27) encontrou-se 06 disciplinas que se relacionam com a temática da privação de liberdade e/ou dos direitos humanos.

Quadro 27 - Disciplinas do Curso de História/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
1HIS146	América Independent e (século XIX e XX)	Independências e formação dos Estados Nacionais. Sociedade e diversidade na América Independente. Massas, política e Direitos Humanos na América Latina.	3º	30h
1HIS161	História Contemporânea I	O Capitalismo como problema historiográfico. A construção dos conceitos de Antigo Regime, de Revolução e de Direitos do Homem. Invenção do Oriente. Colonialismo na África e na Ásia. Diversidade étnico-racial e meio ambiente. Historiografia e História ensinada no contexto educacional e escolar: diversidade e direitos no ensino fundamental e médio.	5º	30h
1HIS163	Movimentos Políticos-Sociais na América Latina do Século XX	Os movimentos político-sociais latino-americanos no debate historiográfico. História e historiografia acerca dos populismos. Política e Direitos Humanos na América Latina. Historiografia e História ensinada no contexto educacional e escolar.	6º	30h
1HIS174	História Contemporânea III	Fascismos. Nacionalismos. Totalitarismos. História e Globalização. Conflitos mundiais. História e estudos	7º	30h

		pós-coloniais. Estudos dos movimentos emancipatórios o surgimento dos Direitos Humanos, da diversidade étnico-racial e das preocupações com o meio ambiente. História contemporânea no contexto escola: produção de material didático: sugestão 1: as questões pós-coloniais; sugestão 2: urbanização, industrialização e meio ambiente; sugestão 3: direitos e diversidade étnico racial.		
1HIS173	Teoria, Metodologia e Prática do Ensino de História IV	Elaboração de projetos de ensino, textos didáticos para o Ensino Médio. O processo de ensino aprendizagem. A dimensão histórica dos direitos humanos.	7º	30h
1HIS183	História e Direitos Humanos	A construção histórica dos Direitos Humanos.	8º	30h

Fonte: A autora, 2025.

É válido mencionar que as disciplinas em questão representam cerca de 06% da carga horária total do curso, que dispõe de 68 disciplinas, destinando 06 para essas questões. É importante ressaltar também que tais não se concentram mas são ofertadas, em sua maioria, após a conclusão da metade do curso. A fim de analisar o currículo vigente, considerou-se “direitos do homem” e não foram encontradas disciplinas que se relacionam com a educação na privação de liberdade.

O curso de licenciatura em História se destaca quanto a sua matriz curricular, porque em 2021 também propôs uma nova alteração (Quadro 28).

Quadro 28 - Disciplinas do Curso de História/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2021).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
1HIS146	América Independent e (século XIX e XX)	Independências e formação dos Estados Nacionais. Sociedade e diversidade na América Independente. Massas, política e Direitos Humanos na América Latina.	3º	30h
1HIS161	História Contemporânea I	O Capitalismo como problema historiográfico. A construção dos conceitos de Antigo Regime, de Revolução e de Direitos do Homem. Invenção do Oriente.	5º	30h

		Colonialismo na África e na Ásia. Diversidade étnico-racial e meio ambiente. Historiografia e História ensinada no contexto educacional e escolar: diversidade e direitos no ensino fundamental e médio.		
1HIS163	Movimentos Políticos-Sociais na América Latina do Século XX	Os movimentos político-sociais latino-americanos no debate historiográfico. História e historiografia acerca dos populismos. Política e Direitos Humanos na América Latina. Historiografia e História ensinadas no contexto educacional e escolar.	6º	30h
1HIS174	História Contemporânea III	Fascismos. Nacionalismos. Totalitarismos. História e Globalização. Conflitos mundiais. História e estudos pós-coloniais. Estudos dos movimentos emancipatórios o surgimento dos Direitos Humanos, da diversidade étnico-racial e das preocupações com o meio ambiente. História contemporânea no contexto escola: produção de material didático: sugestão 1: as questões pós-coloniais; sugestão 2: urbanização, industrialização e meio ambiente; sugestão 3: direitos e diversidade étnico racial.	7º	30h
1HIS173	Teoria, Metodologia e Prática do Ensino de História IV	Elaboração de projetos de ensino, textos didáticos para o Ensino Médio. O processo de ensino aprendizagem. A dimensão histórica dos direitos humanos.	7º	30h
1HIS183	História e Direitos Humanos	A construção histórica dos Direitos Humanos.	8º	30h

Fonte: A autora, 2025.

Com essa alteração incluiu mais 01 disciplina na grade curricular do curso, agora se tornando 69, porém, sua carga horária total diminuiu de 3.100h para 3.000h. Mesmo com essas alterações, o curso permaneceu ofertando 06 disciplinas com a temática dos direitos humanos, totalizando 180h totais.

Em 2023 os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas (Quadro 29):

Quadro 29 - Disciplinas do Curso de História/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2HIS044	Direitos Humanos, História e Educação	A construção histórica dos Direitos Humanos. Direitos Humanos e espaço escolar. Direitos Humanos e Ensino de História.	1 ^a	30h
1HIS057	História Contemporânea I	O Capitalismo como problema historiográfico. A construção dos conceitos de Antigo Regime, de Revolução e de Direitos do Homem. Invenção do Oriente. Colonialismo na África e na Ásia. Diversidade étnico-racial e meio ambiente. Historiografia e História ensinada no contexto educacional e escolar: diversidade e direitos no Ensino Fundamental e Médio.	2 ^a	30h
2HIS060	Introdução à História da América Independente e (séculos XIX e XX)	Independências e formação dos Estados Nacionais. Sociedade e diversidade na América Independente. Ditaduras, democracia e Direitos Humanos nas Américas. O ensino de História das Américas.	3 ^a	30h
2HIS070	História Contemporânea III	Fascismos. Nacionalismos. Totalitarismos. História e Globalização. Conflitos mundiais. História e estudos pós-coloniais. Estudos dos movimentos emancipatórios o surgimento dos Direitos Humanos, da diversidade étnico racial e das preocupações com o meio ambiente. História contemporânea no contexto escola: produção de material didático: sugestão 1: as questões pós-coloniais; sugestão 2: urbanização, industrialização e meio ambiente; sugestão 3: direitos e diversidade étnico racial.	3 ^a	30h
2HIS073	Teoria, Metodologia e Prática do Ensino de História IV	Elaboração de projetos de ensino e textos didáticos para o Ensino Médio. O processo de ensino aprendizagem. A dimensão histórica dos Direitos Humanos.	4 ^a	60h
2HIS081	Movimentos Políticos-Sociais nas Américas dos Séculos XX e XXI	Os movimentos político-sociais latino-americanos no debate historiográfico. História e historiografia acerca dos populismos. Política e Direitos Humanos na América Latina. Democracia e ditadura nas Américas. Política e identidades no contexto latino-americano.	4 ^a	30h

Fonte: A autora, 2025.

Após observar o ementário do curso de licenciatura em História, com sua alteração no ano de 2023, percebe-se que não há uma concentração da oferta dessas

disciplinas uma vez que são ofertadas em todas as séries. Desse modo, a manutenção dessas disciplinas mesmo com as alterações antes expostas, demonstra que o curso em questão atrela significados pertinentes à temática e acredita na necessidade de dialogar sobre a pauta dos direitos humanos.

5.10 LETRAS/ESPAÑHOL

O curso de licenciatura em Letras/Espanhol da Universidade Estadual de Londrina teve sua criação no ano de 2005 e, de acordo com a PROGRAD, os campos de atuação do licenciado em Letras/Espanhol é em instituições de Ensino Fundamental e Médio da rede pública e privada; escolas de idiomas; editoras.

Desse modo, analisando o ementário do curso em questão no ano de 2019, que entrou em vigor no mesmo ano (Quadro 30), percebe-se que há 08 disciplinas que contemplam a temática da privação de liberdade e/ou direitos humanos.

Quadro 30 - Disciplinas do Curso de Letras Espanhol/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
1LEM005	Diversidades e Transculturalidade no Contexto Hispânico	Caracterização sócio-histórica-política nas culturas hispânicas. Discussão sobre educação ambiental, direitos humanos, diversidade étnica, de gênero e de classe, a partir de uma abordagem transcultural.	1º	60h
1EST190	Estágio Supervisionado em Língua Espanhola I	Observação e análise de contextos da educação formal e/ou não formal: Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e/ou outros contextos. Investigação pedagógica.	5º	100h
1LEM027	Prática Docente I	Conceito de estágio. Preparação para o estágio de observação nos diferentes contextos (Educação Infantil, EFI, EFII, EM, CELEM, Instituto de idiomas e/ou outros).	5º	45h
1EST191	Estágio Supervisionado em Língua Espanhola II	Observação e análise de contextos da educação formal e/ou não formal: Ensino Médio, CELEM, Instituto de idiomas e/ou outros contextos.	6º	100h

		Investigação pedagógica.		
1LEM032	Prática Docente II	Orientações para o estágio de observação de aula. Discussão acerca das observações realizadas nos diferentes contextos. Orientação e elaboração do relatório de estágio.	6º	40h
1EST192	Estágio Supervisionado em Língua Espanhola III	Estudo e reflexão da ação docente em diversos contextos. Análise e produção de material didático. Práticas de avaliação como processo. Regência.	7º	100h
1EST193	Estágio Supervisionado em Língua Espanhola IV	Estudo e reflexão da ação docente em diversos contextos. Análise e produção de material didático. Práticas de avaliação como processo. Regência. Reflexão crítica da ação pedagógica.	8º	100h
1SOC012	Sociologia	A educação como objeto de estudo sociológico. Abordagens clássicas e contemporâneas acerca da relação educação e sociedade: A escola como instituição e como organização social complexa. Educação, controle social e mudança social. Educação e relações com: Trabalho, cidadania, direitos humanos, gênero, diversidade, saberes e pós-modernidade.	8º	60h

Fonte: A autora, 2025.

De todas as 59 disciplinas do curso, 08 estão se relacionando com as temáticas vigentes, ou seja, das 3.070h de carga horária total do curso, aproximadamente 20% destinam-se para disciplinas que em suas ementas constam assuntos relacionados com a privação de liberdade e/ou direitos humanos.

As disciplinas estão mais concentradas após a metade da conclusão do curso de graduação, porém, no primeiro semestre já é possível questionar, lidar e estudar sobre as temáticas. Foram consideradas, inclusive, “educação não formal” e “educação em diferentes contextos” como possibilidades para atuar na privação de liberdade.

O curso de Letras/Espanhol, no ano de 2019, era a licenciatura da Universidade

Estadual de Londrina que mais dispunha de um currículo que elencava os temas da educação na privação de liberdade e/ou dos direitos humanos.

Em 2023 os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas (Quadro 31).

Quadro 31 - Disciplinas do Curso de Letras Espanhol/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
1LEM085	Diversidades e Transculturalidade no Contexto Hispânico	Caracterização sócio-histórica-política nas culturas hispânicas. Discussão sobre educação ambiental, direitos humanos, diversidade étnica, de gênero e de classe, a partir de uma abordagem transcultural.	1 ^a	60h
1EST123	Estágio Supervisionado em Língua Espanhola I	Observação e análise de contextos da Educação formal e/ou não formal. Regência participativa (auxiliar o professor regente), sob orientação, acompanhamento e avaliação de professor supervisor.	3 ^a	100h
2EST124	Estágio Supervisionado em Língua Espanhola II	Observação e análise de contextos da Educação formal e/ou não formal. Regência participativa e/ou compartilhada, sob orientação, acompanhamento e avaliação de professor supervisor.	3 ^a	100h
2EST125	Estágio Supervisionado em Língua Espanhola III	Estudo e reflexão da ação docente em diversos contextos. Análise e produção de material didático. Práticas de avaliação como processo. Regência sob orientação, acompanhamento e avaliação de professor supervisor.	4 ^a	100h
2EST126	Estágio Supervisionado em Língua Espanhola IV	Estudo e reflexão da ação docente em diversos contextos. Análise e produção de material didático. Práticas de avaliação como processo. Regência sob orientação, acompanhamento e avaliação de professor supervisor.	4 ^a	100h
2LEM113	Prática Docente III	Estudo e reflexão da ação docente em diversos contextos. Reflexão crítica da	4 ^a	30h

		ação pedagógica. Avaliação como processo de formação pautado no ensino, na pesquisa e na extensão do conhecimento.		
2SOC063	Sociologia	Estudo e reflexão da ação docente em diversos contextos. Análise e produção de material didático. Práticas de avaliação como processo. Regência. Reflexão crítica da ação pedagógica.	4 ^a	60h

Fonte: A autora, 2025.

No novo currículo foi excluída 01 disciplina que se relacionava com as questões pesquisadas, ou seja, é possível mencionar que agora permaneceu os mesmos 20% do currículo destinadas às questões da privação de liberdade pois houve uma redução de 59 para 55 disciplinas ofertadas durante o período de graduação. Novamente entendeu-se que “educação não formal” e “educação em diferentes contextos” como possibilidades para atuar na privação de liberdade. Portanto, o curso de Letras/Espanhol valoriza as temáticas em questão e a manutenção de tais em seu ementário.

5.11 LETRAS/INGLÊS

O curso de licenciatura em Letras/Inglês da Universidade Estadual de Londrina teve sua criação no ano de 2005 e, de acordo com a PROGRAD, os campos de atuação do licenciado em Letras/Inglês é em instituições de ensino fundamental e médio da rede pública e privada e também escolas de idiomas.

Assim, observando o ementário do curso em questão no ano de 2019, que entrou em vigor no mesmo ano, (Quadro 32) é possível constatar que há 05 disciplinas que se relacionam com a temática da privação de liberdade e/ou direitos humanos.

Quadro 32 - Disciplinas do Curso de Letras-Inglês/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
6LEM130	Oficina de Iniciação à Docência: Ensino de Inglês na Educação Básica	A escola como objeto de investigação, reflexão e intervenção. Atividades coletivas de investigação de elementos estruturais, rotinas docentes e abordagens de ensino em escolas de educação básica. Uso	1 ^a	160h

		pedagógico de recursos tecnológicos, de metodologias, estratégias e materiais de apoio adequados e pertinentes ao contexto educacional. Orientações curriculares e planejamento de cursos. Propostas didáticas de ensino-aprendizagem de Língua inglesa orientadas por problemáticas centrais da sociedade contemporânea (direitos humanos, cidadania, educação ambiental, dentre outros). Articulação de diferentes áreas do conhecimento na atuação profissional. Propostas de intervenção que ampliem as oportunidades da escola em contextos de necessidades educacionais especiais e de diversidade étnico-racial, social e linguística.		
6SER085	Ética Profissional	A ética como práxis; direitos humanos; tolerância; alteridade; aspectos fundamentais para ética na educação; ética profissional.	2ª	30h
6EST118	Estágio Curricular Obrigatório em Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Equivalente	Inserção na realidade do mercado de trabalho. Observação, análise e intervenção em realidades de educação infantil ou do ensino fundamental, em espaços e ações interdisciplinares de educação formal e/ou não-formal, desde que com crianças entre 4 e 14 anos de idade. Aproximação dos conteúdos essenciais à formação de professores no campo de políticas públicas e gestão da educação, fundamentos e metodologias de ensino, Participação no trabalho pedagógico para promoção da aprendizagem de inglês nos contextos de educação infantil, de ensino fundamental ou equivalente considerando, inclusive, questões relacionadas aos direitos humanos, diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.	3ª	200h
6EST119	Estágio Curricular Obrigatório no Ensino Médio ou Equivalente	Inserção na realidade do mercado de trabalho. Observação, análise e intervenção em realidades do ensino médio, ou da educação profissional e tecnológica, ou da educação de jovens e adultos, em espaços de educação formal e/ou	4ª	200h

		não-formal, desde que com jovens e adultos acima de 15 anos de idade. Participação no trabalho pedagógico para promoção da aprendizagem de inglês nos contextos de ensino médio ou equivalente, considerando questões relacionadas aos direitos humanos, diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.		
6SOC151	Sociologia	A educação como objeto de estudo sociológico. Abordagens clássicas e contemporâneas acerca da relação educação e sociedade: A escola como instituição e como organização social complexa. Educação, controle social e mudança social. Educação e relações com: trabalho, cidadania, direitos humanos, gênero, diversidade, saberes e pós-modernidade.	4 ^a	60h

Fonte: A autora, 2025.

Analisando que existem 37 disciplinas ao todo na ementa do curso, 05 se relacionam com as temáticas em questão, ou seja, aproximadamente 13% da disposição total. Destaca-se, que a oferta das disciplinas está incluída desde a primeira até a quarta série do curso, se tornando pautas recorrentes durante o processo de formação do futuro professor. Dessa maneira, há desde disciplinas que retratam acerca dos direitos humanos mas também estágio com adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, ou seja, os graduandos conseguem relacionar a teoria com a prática. Informa-se que o conceito de "educação não-formal" também foi considerado, nesse contexto.

Em 2023 os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas (Quadro 33), em que houve a permanência de quantidade de disciplinas acerca das temáticas:

Quadro 33 - Disciplinas do Curso de Letras-Inglês/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
----------------------	--------------------	-------------------------	-------	---------------

2LEM059	Oficina de Iniciação à Docência: Ensino de Inglês na Educação Básica	Escola e sociedade. A escola como objeto de investigação, reflexão e intervenção. Crenças e expectativas sobre o processo de ensino-aprendizagem de inglês nas diferentes etapas da educação básica. Atividades coletivas de investigação etnográfica de elementos estruturais, rotinas docentes e organização pedagógica em escolas de educação básica. Orientações curriculares e Diretrizes Nacionais para Educação Ambiental, Direitos Humanos, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana Relações Étnico-Raciais e sua transposição didática. Propostas de intervenção oriundas das investigações realizadas.	1ª	160h
6LEM061	Pedagogias Críticas	Concepção de criticidade em educação. Relação entre educação e poder. Percurso histórico de tendências pedagógicas. A identidade do professor numa perspectiva decolonial (a partir de Gramsci, Michael Apple, Giroux e Paulo Freire). A pedagogia histórico-crítica em Demerval Saviani e José Carlos Libâneo. Práticas educativas voltadas para a transformação. Pedagogias críticas e direitos humanos. Desconstrução e análises críticas de ideologias dominantes na educação, contribuindo para o Letramento Racial Crítico envolvendo Relações Étnico-Raciais e a Cultura Afrobrasileira.	2ª	60h
2EST121	Estágio Curricular Obrigatório em Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Equivalente	Inserção na realidade do mercado de trabalho. Observação, análise, participação e intervenção em realidades de educação infantil ou do ensino fundamental ou equivalente, em espaços e ações interdisciplinares de educação formal e/ou não-formal, desde que com crianças entre 4 e 14 anos de idade. Políticas públicas e gestão da educação e seus efeitos nos contextos de ensino. Fundamentos e metodologias que favoreçam a educação linguística crítica sob perspectiva de	3ª	200h

		inclusão e diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional.		
2EST122	Estágio Curricular Obrigatório no Ensino Médio ou Equivalente	Inserção na realidade do mercado de trabalho. Observação, análise, participação e intervenção em realidades do ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos ou outros espaços educativos, desde que com jovens e adultos acima de 15 anos de idade. Políticas públicas e gestão da educação e seus efeitos nos contextos de ensino. Pesquisa-ação que favoreça o desenvolvimento profissional docente e a educação linguística crítica de jovens e adultos sob perspectiva de inclusão e diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas	4ª	200h
2SER001	Ética Profissional	A ética como práxis; direitos humanos; tolerância; alteridade; aspectos fundamentais para ética na educação; ética profissional.	4ª	30h

Fonte: A autora, 2025.

A reformulação proposta trouxe mudanças significativas no curso em questão uma vez que houve a diminuição de 37 para 31 disciplinas, porém, manteve o número de disciplinas que se relacionam com a questão da privação de liberdade e/ou direitos humanos: 05. A permanência demonstra que o curso de Letras/Inglês considera as temáticas relevantes. Agora cerca de 16% da carga horária total do curso destina-se para as pautas abordadas. Vale destacar que apenas uma disciplina foi alterada com a nova formulação do curso em 2023, a disciplina de Sociologia (6SOC151) que era ofertava na última série por 60h agora deu lugar para a disciplina de Pedagogias Críticas (6LEM061) na segunda série pela mesma carga horária.

5.12 LETRAS/PORTUGUÊS

O curso de licenciatura em Letras/Português da Universidade Estadual de Londrina teve sua criação no ano de 1972 e, de acordo com a PROGRAD, os campos de atuação do licenciado em Letras/Português é como professor de português e de literaturas de língua portuguesa no ensino fundamental e médio, área de assessoria

e consultoria a instituições promotoras de linguística, literatura e artes, área de editoria de materiais linguístico-literários, área de elaboração de projetos de alfabetização e produção de materiais didáticos de língua materna, área de pesquisa em estudos linguísticos e literários.

Assim, analisando o currículo do curso em questão no ano de 2019 (Quadro 34), observou-se a existência de 03 disciplinas que se relacionam com a temática da privação de liberdade e/ou direitos humanos.

Quadro 34 - Disciplinas do Curso de Letras-Português/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2LET039	Debates e Seminário em Temas Contemporâneos	Produção oral sobre temas da contemporaneidade: direitos humanos, educação ambiental, as diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, bem como os direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Debate. Seminário.	1ª	30h
2LET043	Metodologia de Ensino V: Documentos Oficiais	Legislação educacional federal e estadual sobre os Direitos Humanos, Educação Ambiental e Direitos Educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Legislação sobre o ensino de língua portuguesa e literatura.	2ª	45h
2PEP003	Psicologia da Criança e do Adolescente	Discussão sobre os processos de cognição e aprendizagem, sobre os direitos humanos.	4ª	30h

Fonte: A autora, 2025.

Considera-se que as disciplinas não se concentram em uma série específica do curso de graduação, estando dispostas em três séries diferentes. No curso em questão, nesse ementário, havia 71 disciplinas ao todo, ou seja, apenas 3,5% da carga horária total era destinada para as temáticas propostas.

Em 2023 os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas, e, nesse momento, o curso de licenciatura em Letras/Português alterou seu currículo (Quadro 35).

Quadro 35 - Disciplinas do Curso de Letras-Português/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2LET084	Estratégias de Leitura	Texto como unidade de linguagem situada. Texto multissemiótico. Estratégias de leitura para a compreensão de textos sobre temas da contemporaneidade, com destaque para: direitos humanos, educação ambiental e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.	1 ^a	45h
2LET094	Metodologia de Ensino III: Documentos Oficiais	Legislação educacional federal e estadual. Direitos humanos e educação ambiental nos documentos oficiais. Legislação sobre o ensino de Língua Portuguesa e Literatura.	1 ^a	45h

Fonte: A autora, 2025.

Nesse momento, então, o curso dispunha de 63 disciplinas ao todo, dessas, somente 02 possuíam relação com a privação de liberdade e/ou direitos humanos. Desse modo, na nova ementa, disposta acima, somente 3% da carga horária total se relacionavam com as temáticas buscadas. Destaca-se também que que agora as disciplinas estão concentradas apenas no primeiro ano de curso, já que anteriormente estão dispostas de maneira mais uniforme.

O curso de licenciatura em Letras/Português também passou por uma nova reformulação em seu currículo no ano de 2024 (Quadro 36), porém, não houve alteração na quantidade de disciplinas referentes à privação de liberdade e aos direitos humanos.

Quadro 36 - Disciplinas do Curso de Letras-Português/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2024).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2LET084	Estratégias de Leitura	Texto como unidade de linguagem situada. Texto multissemiótico. Estratégias de leitura para a compreensão de textos sobre temas da contemporaneidade, com destaque para: direitos humanos, educação ambiental e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de	1 ^a	45h

		medidas socioeducativas.		
2LET094	Metodologia de Ensino III: Documentos Oficiais	Legislação educacional federal e estadual. Direitos humanos e educação ambiental nos documentos oficiais. Legislação sobre o ensino de Língua Portuguesa e Literatura.	1ª	45h

Fonte: A autora, 2025.

As disciplinas existentes na reformulação que houve em 2023 também permaneceram com a reformulação de 2024, assim, a permanência demonstra que o curso acredita na importância de se estudar essas temáticas. Porém, com o novo currículo seria possível alterar o ementário para fins de incluir outras e novas disciplinas que se relacionam com a temática da privação de liberdade e/ou direitos humanos, ou até mesmo distribuir de maneira uniforme as disciplinas que permaneceram, porém, não houve alterações quanto a isso.

5.13 MATEMÁTICA

O curso de licenciatura em Matemática da Universidade Estadual de Londrina teve sua criação no ano de 1970 e, de acordo com a PROGRAD, os campos de atuação do licenciado em Matemática é em escolas públicas e privadas no ensino fundamental e médio, universidades, centro de pesquisa, órgãos e empresas públicas e privadas, indústrias, bancos e em empresas de consultoria.

Assim, analisando o currículo do curso em questão no ano de 2019, que entrou em vigor no mesmo ano, (Quadro 37) encontrou-se somente uma disciplina que contemplava a temática da privação de liberdade ou direitos humanos.

Quadro 37 - Disciplinas do Curso de Matemática/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2MAT082	Etnomatemática e Tópicos de Educação para Cidadania	Etnomatemática na educação matemática. Questões estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, afrodescendência. Abordagem de aspectos sócio-ethoculturais. Diversidade de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade. Direitos humanos.	2ª	30h

Fonte: A autora, 2025.

De todas as 30 disciplinas existentes no curso, apenas 01 disciplina possui relação com a temática, ou seja, aproximadamente 03% do total do curso. Desse modo, a disciplina de Etnomatemática e Tópicos de Educação para Cidadania (2MAT082) é obrigatória com carga horária de 30h (é válido mencionar que a carga horária total do curso é de 2.860h) e se relaciona somente com a questão dos direitos humanos.

Em 2023 os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas, e a disciplina de Etnomatemática e Tópicos de Educação para Cidadania permaneceu no currículo do Curso de Matemática (Quadro 38).

Quadro 38 - Disciplinas do Curso de Matemática/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2MAT181	Etnomatemática e Tópicos de Educação para a Cidadania	Etnomatemática na educação matemática. Questões estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, afrodescendência. Abordagem de aspectos sócio etnoculturais. Diversidade de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade. Direitos humanos.	2ª	30h

Fonte: A autora, 2025.

Com os mesmos pressupostos da disciplina de 2019, em 2023 a disciplina permaneceu com a mesma descrição e mesma carga horária, alterando somente seu código para 2MAT181. O que é importante ressaltar é que a reformulação incluiu outras 03 disciplinas (Geometria Espacial e Desenho Geométrico, Geometria Plana e Didática da Matemática) a mais ao curso, porém, não houve a inserção de outras disciplinas que englobem as temáticas da privação de liberdade e/ou direitos humanos.

5.14 MÚSICA

O curso de licenciatura em Música da Universidade Estadual de Londrina teve sua criação no ano de 1992 e, de acordo com a PROGRAD, os campos de atuação do licenciado em Música é em escolas de ensino fundamental e médio, conservatórios

de música, escolas livres de música, orquestras, corais, rádio, agências de publicidade, estúdios de gravação, conjuntos musicais, grupos de música de câmara e etc.

Assim, analisando o currículo do curso em questão no ano de 2019, que entrou em vigor no mesmo ano, (Quadro 39) percebeu-se a presença de 02 disciplinas que possuíam relação com a temática da privação de liberdade e/ou direitos humanos.

Quadro 39 - Disciplinas do Curso de Música/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2EST623	Atividades de Estágio I	Planejamento e execução de projetos de ensino de música em diferentes contextos. Materiais didáticos para situações específicas de ensino de música. Avaliação da aprendizagem musical.	3ª	60h
2EST633	Atividades de Estágio II	Planejamento e execução de projetos de ensino de música em diferentes contextos. Materiais didáticos para situações específicas de ensino de música. Avaliação da aprendizagem musical.	4ª	240h

Fonte: A autora, 2025.

De todas as 36 disciplinas dispostas durante o período de graduação em Música, possuindo 2.670h de carga horária total, essas disciplinas acima representam cerca de 300h de toda a carga horária do curso, aproximadamente 11% em relação ao todo. Porém, não há de forma explícita a especificação de quais são esses “diferentes contextos” dos quais haverá atuação dos futuros professores, porém, como pode abranger a temática da privação de liberdade, o termo foi considerado pertinente.

Em 2023 os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas, fato esse que foi benéfico ao curso de Música pois alterou-se de 02 para 03 disciplinas que se relacionam com a privação de liberdade e/ou direitos humanos (Quadro 40).

Quadro 40 - Disciplinas do Curso de Música/Licenciatura que Contempla a Temática

da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2EST632	Atividades de Estágio I	Planejamento e execução de projetos de ensino de música em diferentes contextos. Materiais didáticos para situações específicas de ensino de música. Avaliação da aprendizagem musical.	4ª	60h
2EST633	Atividades de Estágio II	Planejamento e execução de projetos de ensino de música em diferentes contextos. Materiais didáticos para situações específicas de ensino de música. Avaliação da aprendizagem musical.	5ª	60h
2MUT159	Música, Cultura e Sociedade	A música como produção cultural da humanidade. Sociedades rurais e urbanas e suas diferentes manifestações musicais. Modalismos, tonalismo e estéticas pós-tonais (inter-relações com aspectos socioculturais). Impactos das tecnologias na trajetória musical do Ocidente. A canção como dimensão analítica da sociedade brasileira. Culturas musicais e direitos humanos: identidades e diferenças.	5ª	60h

Fonte: A autora, 2025.

Com base nas informações do Quadro 36, visualiza-se que permaneceu as disciplinas voltadas às Atividade de Estágio (2EST632 e 2EST633) e ainda assim foi incluída a disciplina de Música, Cultura e Sociedade (2MUT159) com enfoque nos direitos humanos.

Dessa forma, a representação da temática no curso que era de 300h (equivalente à 11%) foi alterada para 180h (equivalente à 6.8%) porque, por mais que aumentou uma disciplina, a carga horária de tais diminuiu. O caso do curso se destaca porque mesmo com a reforma incluindo outra disciplina, houve diminuição na carga horária destinada aos temas em questão.

5.15 PEDAGOGIA

O curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina teve sua criação no ano de 1960 e, de acordo com a PROGRAD, os campos de atuação do licenciado em Pedagogia é nas escolas: Docência (Centros de Educação Infantil; Formação de professores em nível médio; Anos Iniciais; Educação de Jovens e

Adultos) e Gestão Pedagógica – planejamento, organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico escolar que se desenvolve na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e Médio e nas demais modalidades de ensino da Educação Básica. Não Escolares: na docência e na gestão pedagógica – planejamento, organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico que se desenvolve em espaços não escolares (movimentos sociais, espaços comunitários, projetos educativos vinculados ao Poder Público ou nas ONGs).

Assim, analisando o currículo do curso em questão no ano de 2019, que entrou em vigor no mesmo ano, (Quadro 41) percebeu-se que das 53 disciplinas existentes, somente 02 disciplinas possuem relação com a privação de liberdade e/ou direitos humanos.

Quadro 41 - Disciplinas do Curso de Pedagogia/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
1EDU036	História da Educação e a Produção da Escola Moderna	O processo histórico de sistematização da educação e da escola no ocidente do século XV ao XIX, com ênfase no processo de institucionalização da educação. Reorganização da sociedade, escola e Direitos Humanos.	1º	75h
1EDU035	Sociologia da Educação	A sociologia como forma de interpretação científica da realidade social. As relações entre indivíduo e sociedade de acordo com a perspectiva estrutural-funcionalista e com a perspectiva histórico-crítica. Educação e sociedade. Educação escolar e direitos humanos segundo as diferentes correntes teóricas da Sociologia da Educação.	1º	75h

Fonte: A autora, 2025.

É possível inferir que o curso de Pedagogia destina somente 3.8% de sua matriz curricular para as temáticas em questão, sendo importante destacar que essas duas disciplinas (História da Educação e a Produção da Escola Moderna e Sociologia da Educação) são ofertadas ambas no primeiro semestre do curso e com a mesma carga horária: 75h. É possível ressaltar que ambas as disciplinas retratam apenas temáticas voltadas aos direitos humanos.

Em 2023 os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas que incluiu outras 02 disciplinas (Quadro 42) a respeito das temáticas no ementário do curso.

Quadro 42 - Disciplinas do Curso de Pedagogia/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2EDU068	História da Educação e a Produção da Escola Moderna	O processo histórico de sistematização da educação e da escola no ocidente do século XV ao XIX, com ênfase no processo de institucionalização da educação. Reorganização da sociedade, escola e Direitos Humanos.	1 ^a	75h
2SOC064	Sociologia da Educação	A sociologia como forma de interpretação científica da realidade social. Educação e as relações indivíduo-sociedade em perspectiva sociológica. Educação escolar e direitos humanos em perspectiva sociológica.	1 ^a	60h
2EDU098	Educação não Formal: Fundamentos Teóricos e Metodológicos	Educação não formal: aspectos históricos e conceituais. Pressupostos teóricos e metodológicos para a atuação do pedagogo em espaços de educação não formal.	3 ^a	60h
2EST638	Estágio Supervisionado em Educação não Formal	Estágio supervisionado em espaços de educação não formal. Aspectos teórico-práticos da atuação do pedagogo no espaço de educação não formal. Observação, elaboração e desenvolvimento de propostas educativas.	4 ^a	60h

Fonte: A autora, 2025.

Desse modo, agora destina-se aproximadamente 08% da carga horária total do curso às temáticas relacionadas a privação de liberdade e/ou direitos humanos. É importante ressaltar que o termo “educação não-formal” foi considerado uma vez que tal conceito traz um leque abrangente de possibilidades, inclusive da educação na privação de liberdade.

Assim, o curso de Pedagogia conseguiu evoluir com a nova ementa e trouxe considerações importantes a respeito de temas que são pertinentes, porém, pouco

discutidos. Faz-se essencial evidenciar agora as disciplinas estão dispostas tanto no início da graduação quanto ao final, além de que houve a troca de semestre para série.

5.16 QUÍMICA

O curso de licenciatura em Química da Universidade Estadual de Londrina teve sua criação no ano de 1972 e, de acordo com a PROGRAD, os campos de atuação no licenciado em Química é em escolas públicas e privadas de ensino fundamental, médio e superior, instituições científicas, de pesquisa, indústrias ou profissionais autônomos.

Dessa maneira, analisando o currículo do curso em questão no ano de 2019, que entrou em vigor no mesmo ano, (Quadro 43) percebeu-se que há somente 01 disciplina que tenha relação com a temática da privação de liberdade e/ou direitos humanos.

Quadro 43 - Disciplinas do Curso de Química/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2019).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
1QUI139	Diversidade, Multiculturalismo e Educação em Ciências	A diversidade étnico-cultural nas ciências e suas articulações no espaço escolar. O multiculturalismo e suas articulações com os estudos científicos, raça/etnia, culturas indígenas, afro-brasileiras e sua interlocução com outras ênfases atuais. Direitos humanos. Gêneros e formações na diferença. Diversidade de gênero, sexual, religiosa, faixa geracional, educação especial, direitos educacionais dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. As instituições educacionais como organização multiculturais.	9 ^a	30h

Fonte: A autora, 2025.

A disciplina representa cerca de 1,5% da carga horária total do curso, estando disposta no 9º semestre, ou seja, mais próxima do período de conclusão da graduação. É importante destacar que a disciplina de Diversidade, Multiculturalismo e Educação em Ciências (1QUI139) é obrigatória e traz em sua descrição a junção das

duas temáticas procuradas: privação de liberdade e direitos humanos.

Em 2023 os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina implementaram os projetos pedagógicos dos cursos a partir das reformulações propostas, porém, não houve alteração no número de disciplinas acerca dos temas específicos antes mencionados (Quadro 44).

Quadro 44 - Disciplinas do Curso de Química/Licenciatura que Contempla a Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos (2023).

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
2QUI238	Diversidade, Multiculturalismo e Educação em Ciências	A diversidade étnico-cultural nas ciências e suas articulações no espaço escolar. O multiculturalismo e suas articulações com os estudos científicos, raça/etnia, culturas indígenas, afro-brasileiras e sua interlocução com outras ênfases atuais. Direitos humanos. Gêneros e formações na diferença. Diversidade de gênero, sexual, religiosa, faixa geracional, educação especial, direitos educacionais dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. As instituições educacionais como organização multiculturais.	5ª	30h

Fonte: A autora, 2025.

As únicas alterações que podem ser vistas acerca da reformulação do ementário do curso de licenciatura em Química seria a troca de semestre para série e também o código da disciplina (2QUI238), porque a disciplina não houve uma reformulação em si, nem em sua carga horária. De qualquer forma, é um ponto positivo a oferta de uma disciplina que engloba as duas temáticas em questão: privação de liberdade e direitos humanos.

5.17 SÍNTESE

Ao que tange à formação inicial na Universidade Estadual de Londrina antes de reformulação do ementário, em 2019 o curso de licenciatura em Computação (EAD) não possuía nenhuma disciplina em seu currículo que abarcasse as temáticas

dos direitos humanos e/ou direitos humanos, enquanto os cursos de licenciatura em Artes Visuais, Educação Física, Matemática e Química dispunham de somente uma, mesmo com as cargas horárias totais dos Cursos ultrapassando 2.500h. Os cursos de licenciatura em Filosofia, Música e Pedagogia mantinham apenas duas disciplinas. Os cursos de licenciaturas em Ciências Biológicas e Letras/Português, três disciplinas voltadas às temáticas. Já o curso de licenciatura em Ciências Sociais possuía quatro disciplinas. Os cursos de licenciatura em Geografia e Letras/Inglês se destacavam, na época estudada, uma vez que dispunham de cinco disciplinas. Os cursos de licenciatura que mais retratavam as temáticas dos direitos humanos e/ou privação de liberdade no ano de 2019 foram o curso de história com seis disciplinas, e o curso que mantinha oito disciplinas no currículo acerca das temáticas era o de Letras/Espanhol.

Assim sendo, abaixo (Quadro 45) é possível visualizar de maneira mais objetiva as informações dispostas acima. Ressalta-se que mesmo que haja informações referentes à privação de liberdade e/ou direitos humanos na ementa do curso, não há garantias plenas que de fato ocorram discussões referentes às temáticas dentro de determinada disciplina.

Permanecendo nessa mesma abordagem, após a reformulação dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina no ano de 2023, então, os cursos de licenciatura em Artes Visuais, Computação (EAD), Filosofia, Matemática e Química mantinham somente uma disciplina que abordava a temática da privação de liberdade e/ou direitos humanos. O curso de licenciatura em Letras/Português nesse momento era o único que detinha somente duas disciplinas. O curso de licenciatura em Educação Física bem como Geografia e Música dispunham de três disciplinas, enquanto os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Física e Pedagogia tinham quatro disciplinas. O curso de licenciatura em Letras/Inglês dispunha de cinco disciplinas. Como destaque, temos o curso de licenciatura em História com seis disciplinas e o curso de licenciatura em Letras/Espanhol com sete.

Abaixo (Quadros 45, 46 e 47) é possível visualizar de maneira sintetizada quais disciplinas de determinada licenciatura da Universidade Estadual de Londrina discute em suas ementas temáticas acerca da privação de liberdade, direitos humanos e similares.

Quadro 45 – Cursos da UEL que no Ementário Possuem Disciplinas Voltadas aos Direitos Humanos.

Curso	Disciplinas (2019)	Disciplinas (2023)
Artes Visuais	Poéticas Híbridas II (6ART117)	Poéticas Híbridas I (6ART153)
Ciências Biológicas	Bioética (6BIO066)	Bioética (2BIO012)
Ciências Sociais	Ciência Política I (1SOC123); Sociologia II (1SOC126); Ciência Política III (1SOC136)	Ciência Política I (2SOC040); Sociologia II (2SOC042)
Computação (EAD)	X	Políticas Educacionais (8CMP006)
Educação Física	História da Educação no Brasil (6EDU133)	Educação Física Inclusiva e Diversidade (2EMH003); História da Educação (2EDU028)
Filosofia	Núcleo Teórico/Prático de Filosofia Política (1FIL051); Núcleo Teórico/Prático de Ética (1FIL053)	Seminários de Temas Transversais II (2FIL011)
Física	X	Iniciação à Docência I (2FIS116); Iniciação à Docência II (2FIS119); Iniciação à Docência III (2FIS122); Iniciação à Docência IV (2FIS125)
Geografia	Geografia da População (1GEO136); Políticas Educacionais (1EDU117); Ensino da Geografia da Diversidade (1GEO173)	Fundamentos de Geografia Escolar (2GEO022)
História	América Independente (século XIX e XX) (1HIS146); História Contemporânea I (1HIS161); Movimentos Políticos-Sociais na América Latina do Século XX (1HIS163); História Contemporânea III (1HIS174); Teoria, Metodologia e Prática do Ensino de História IV (1HIS173); História e Direitos Humanos (1HIS183)	Direitos Humanos, História e Educação (2HIS044); História Contemporânea I (1HIS057); Introdução à História da América Independente (séculos XIX e XX) (2HIS060); História Contemporânea III (2HIS070); Teoria, Metodologia e Prática do Ensino de História IV (2HIS073); Movimentos Políticos-Sociais nas Américas dos Séculos XX e XXI (2HIS081)
Letras/Espanhol	Diversidades e Transculturalidade no Contexto Hispânico (1LEM005); Sociologia (1SOC012)	Diversidades e Transculturalidade no Contexto Hispânico (1LEM085);
Letras/Inglês	Oficina de Iniciação à Docência: Ensino de Inglês na Educação Básica (6LEM130); Ética Profissional (6SER085); Sociologia (6SOC151)	Oficina de Iniciação à Docência: Ensino de Inglês na Educação Básica (2LEM059); Pedagogias Críticas (6LEM061); Ética Profissional (2SER001)
Letras/Português	Metodologia de Ensino V: Documentos Oficiais (2LET043); Psicologia da Criança e do Adolescente (2PEP003)	Estratégias de Leitura (2LET084); Metodologia de Ensino III: Documentos Oficiais (2LET094)
Matemática	Etnomatemática e Tópicos de Educação para Cidadania (2MAT082)	Etnomatemática e Tópicos de Educação para a Cidadania (2MAT181)
Música	X	Música, Cultura e Sociedade (1MUT159)
Pedagogia	História da Educação e a Produção da Escola Moderna (1EDU036); Sociologia da Educação (1EDU035)	História da Educação e a Produção da Escola Moderna (1EDU068); Sociologia da Educação (1SOC064)

Química	Diversidade, Multiculturalismo e Educação em Ciências (1QUI139)	Diversidade, Multiculturalismo e Educação em Ciências (1QUI238)
---------	---	---

Fonte: A Autora, 2025.

Contudo, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) responsabiliza o ensino superior como apto para promover uma educação que articule teoria e prática, estimulando o compromisso ético, político e social dos profissionais da educação. Assim, a inclusão sistemática dos direitos humanos nas licenciaturas atende às diretrizes nacionais e fortalece a função social do docente.

Em relação às práticas relacionadas à privação de liberdade (Quadro 46), torna-se fundamental compreender que as licenciaturas, como formadoras de futuros docentes, devem possibilitar que os educadores desenvolvam uma visão crítica acerca das realidades de seus alunos e responsáveis, considerando que um professor atua não somente em contexto escolar.

Quadro 46 – Cursos da UEL que no Ementário Possuem Disciplinas Voltadas à Privação de Liberdade.

Curso	Disciplinas (2019)	Disciplinas (2023)
Ciências Sociais	Metodologia de Ensino em Sociologia II (1SOC160)	Ciência Política III (2SOC046)
Educação Física	X	Estágio Curricular Obrigatório I (EST901)
Geografia	Estágio de Vivência Docente em Geografia II (1EST336)	Estágio em Geografia para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) (2EST329)
Letras/Português	Debates e Seminário em Temas Contemporâneos (2LET039)	X

Fonte: A Autora, 2025.

De todos os 16 cursos de licenciaturas da UEL, somente quatro adotam em suas ementas atividades docentes relacionadas às pessoas em situação de privação de liberdade. Considerando que a Universidade Estadual de Londrina possui a Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Estudantes em Privação de Liberdade, subentende-se que o assunto seria discutido de maneira mais ampla.

Como segue, o quadro abaixo (Quadro 47) expõe quais são as disciplinas dos cursos de licenciatura da UEL que trata em seu respectivo ementário, questões vinculadas à privação de liberdade e aos direitos humanos. Termos como “medidas socioeducativas” e “educação não-formal” foram encontrados em tais ementas e foram categorizados.

Quadro 47 – Cursos da UEL que no Ementário Possuem Disciplinas Relacionadas à

Temática da Privação de Liberdade ou Direitos Humanos.

Curso	Disciplinas (2019)	Disciplinas (2023)
Ciências Biológicas	Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental (6BIO084); Políticas Públicas para a Educação Básica (6EDU148).	Políticas Públicas para a Educação Básica (2EDU034); Educação e Interpretação Ambiental (2BIO010); Políticas Públicas para a Educação Básica (2EDU034).
Ciências Sociais	X	Metodologia de Ensino de Ciências Sociais II (2SOC053)
Geografia	Fundamentos da Geografia Escolar (1GEO140)	Ensino de Geografia, Interculturalidade e Decolonialidade (2GEO033)
Letras/Espanhol	Estágio Supervisionado em Língua Espanhola I (1EST190); Prática Docente I (1LEM027); Estágio Supervisionado em Língua Espanhola II (1EST191); Prática Docente II (1LEM032); Estágio Supervisionado em Língua Espanhola III (1EST192); Estágio Supervisionado em Língua Espanhola IV (1EST193)	Estágio Supervisionado em Língua Espanhola I (1EST123); Estágio Supervisionado em Língua Espanhola II (2EST124); Estágio Supervisionado em Língua Espanhola III (2EST125); Estágio Supervisionado em Língua Espanhola IV (2EST126); Prática Docente III (2LEM113); Sociologia (2SOC063)
Letras/Inglês	Estágio Curricular Obrigatório em Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Equivalente (6EST118); Estágio Curricular Obrigatório no Ensino Médio ou Equivalente (6EST119)	Estágio Curricular Obrigatório em Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Equivalente (1EST121); Estágio Curricular Obrigatório no Ensino Médio ou Equivalente (2EST122)
Música	Atividades de Estágio I (2EST623); Atividades de Estágio II (2EST633)	Atividades de Estágio I (2EST632); Atividades de Estágio II (2EST633)
Pedagogia	X	Educação não Formal: Fundamentos Teóricos e Metodológicos (2EDU098); Estágio Supervisionado em Educação não Formal (2EST638)

Fonte: A Autora, 2025.

Nesse sentido, a ampliação dos debates acerca das temáticas vigentes e similaridades, está em consonância com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos bem como o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná, sendo a Universidade Estadual de Londrina uma instituição que valoriza os direitos humanos a partir do momento que cria a Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Estudantes em Privação de Liberdade. Dessa maneira, tais práticas corroboram para acreditar que a Universidade Estadual de Londrina questiona estruturas excludentes e possibilita o pensar acerca de uma formação cidadã.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o desenvolvimento dessa dissertação utilizou-se do Método de Bardin (2016) a fim de conseguir categorizar de maneira minuciosa as disciplinas de todos os cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Londrina. Com o objetivo geral de buscar em seus respectivos ementários (posteriormente, também analisando os Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão dos cursos), as temáticas dos direitos humanos bem como da educação em privação de liberdade, cumpriu-se com a elaboração de quadros individuais de todos os cursos e durante o período de reformulação de tais.

A análise por categorias percorreu acerca dos seguintes cursos: Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Computação (EAD), Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Letras/Português, Matemática, Música, Pedagogia e Química.

Num primeiro momento, é contraditório um curso de licenciatura não possuir nenhuma disciplina que forme o professor para atuar em espaços em que há a atuação do mesmo, como a privação de liberdade. Essa situação retrata o caso do curso de licenciatura em Computação (EAD), mas que após a reforma de seu currículo passou a oferecer. Os cursos de licenciatura em Artes Visuais, Matemática e Química permaneceram oferecendo uma única disciplina mesmo com a reformulação, ou seja, a reformulação não abrangeu a inclusão das temáticas dos direitos humanos e/ou privação de liberdade nos respectivos currículos. No caso dos cursos de licenciatura em Filosofia, Geografia, Letras/Português houve a redução da carga horária acerca das temáticas buscadas. Os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Educação Física, Física, Música e Pedagogia incluíram em sua carga horária as temáticas dos direitos humanos e/ou privação de liberdade após a reformulação dos ementários, sendo assim, a reformulação foi benéfica nesse aspecto. Os cursos de licenciatura em Ciências Sociais, História e Letras/Inglês permaneceram oferecendo a mesma quantidade de disciplinas que já ofertavam antes da reformulação. O curso de licenciatura em Letras/Espanhol permaneceu sendo a licenciatura da Universidade Estadual de Londrina que mais oferece disciplinas relacionadas às temáticas em questão, porém, antes da reformulação oferecia oito disciplinas e em 2023 passou a ofertar sete.

O presente trabalho possibilitou compreender quais são os cursos que se apresentaram mais dispostos a discutirem acerca das temáticas propostas bem e

também os cursos que não dispõem das temáticas dos direitos humanos e da educação na privação de liberdade em seu ementário, ou, até mesmo os cursos de licenciatura que fazem alterações em suas cargas horárias e diminuem justamente as disciplinas voltadas para as temáticas em questão.

Nesse sentido, torna-se necessário destacar que mesmo que a Universidade Estadual de Londrina disponha de cursos de licenciatura que tratem a respeito dos temas e concepções da privação de liberdade e/ou dos direitos humanos, há disciplinas com carga horária de 30h para desenvolver outros assuntos que não somente os que versam sobre tais assuntos (privação de liberdade e/ou direitos humanos), portanto, mesmo que haja a inclusão das temáticas nos respectivos ementários, não se pode afirmar que de fato o tempo destinado para discutir acerca dessas temáticas é o necessário.

Mediante o exposto, pode-se inferir que o ser humano possui o direito à educação em qualquer espaço, cabendo ao Estado garanti-lo. A negação desse acesso contribui diretamente para o processo de exclusão social. Nesse sentido, o ensino em diferentes contextos revela-se tão relevante quanto a educação escolar, então, deveria ser disponibilizada durante a formação dos professores uma formação que se atente justamente que a educação não é apenas escolar.

Dessa maneira, a partir do momento que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2008), em seu artigo 124, assegura que a escolarização constitui um direito fundamental do adolescente em situação de privação de liberdade, da mesma forma que a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2012), em seu artigo 8º, determina que os Planos de Atendimento Socioeducativo devem, obrigatoriamente, contemplar ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação profissional e esporte, além de especificar a forma como tais procedimentos devem ser implementados e que a Lei de Execução Penal, Lei 7210 de 11 de julho de 1984, Art. 18º e 20º; a Lei nº 6324 de 12 de outubro de 1991, preveem a obrigatoriedade de ensino fundamental nas unidades carcerárias, em convênio com entidades pública e privada. Assim, o respaldo jurídico há para a existência dos estudos no ambiente carcerário, por isso, então, tal assunto deveria ser retratado na formação inicial dos professores.

Nesse contexto, também é importante destacar a Lei 12.433/2011, que alterou a Lei de Execução Penal 7.210/1984, foi decisiva quando normatizou a remição da pena por estudos, assegurando que “o condenado que cumpre a pena em regime

fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena” (Brasil, 2011, p. 1), sendo o quantitativo de tempo pedagógico, a contar para efeito da remição, de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar — atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante ou superior, ou ainda de requalificação profissional — divididas, no mínimo, em 3 (três) dias (Brasil, 2011a, p. 1).

À respeito da privação de liberdade no Brasil, cabe mencionar que a população prisional brasileira é majoritariamente composta por homens jovens, negros (pretos e pardos), com baixa escolaridade e oriundos de contextos de vulnerabilidade social. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (2023), mais de metade dos presos tem até 29 anos, e a maioria não concluiu o ensino fundamental, evidenciando a relação entre desigualdades sociais e encarceramento.

Do ponto de vista sociológico, o perfil dos presos reflete a seletividade penal e o racismo estrutural, já que há uma sobrerrepresentação de pessoas negras e pobres no sistema prisional. Esses dados indicam que o sistema penal incide de forma mais intensa sobre grupos socialmente vulneráveis, reforçando desigualdades históricas (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Assim, a pesquisa aponta o problema entre a articulação da teoria existente em diretrizes e resoluções educacionais vigentes e a realidade efetivamente praticada no interior de uma Universidade Pública. Sob a perspectiva das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná, percebe-se que há uma carência acerca de uma educação que preze, assegure e ressalte a importância dos direitos humanos em nosso cotidiano.

Assim, vale refletir acerca do retrocesso ou estagnação dessas reformulações, também considerando que não há uma efetiva fiscalização quanto à aplicação de tais no ambiente acadêmico. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania foi criado em 2023, com a intenção de formular, coordenar e articular políticas públicas para proteger e promover os direitos humanos no Brasil, sendo um órgão foca na defesa de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, em situação de rua e grupos vulneráveis, de acordo com o próprio Governo do Brasil.

Dessa maneira, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania desempenha papel central na articulação, coordenação e fortalecimento da implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, promovendo integração entre diferentes níveis de governo e políticas públicas. Embora diretrizes

estaduais, como as do Paraná, tenham sido instituídas antes da criação do ministério, sua atuação é fundamental para atualizar, alinhar e oferecer continuidade institucional a essas iniciativas, garantindo maior efetividade e coerência nas ações de educação em direitos humanos em todo o país.

Do ponto de vista geral, ressalta-se a importância de investigar que a Universidade Estadual de Londrina não elenca em todos os seus cursos de licenciatura a temática dos direitos humanos e/ou da privação de liberdade, porém, a pesquisa em questão pode ser utilizada como uma ferramenta de verificação de necessidade de enfatizar esses eixos de ensino, a fim de formar professores conscientes acerca de seu papel.

Faz-se essencial, portanto, evidenciar a necessidade de investigar práticas educativas que extrapolem o ambiente escolar, de modo a oferecer novas perspectivas acerca da educação na privação de liberdade, porque tal ainda carece de produções acadêmicas, apesar da riqueza de conteúdo que possui. Assim, discutir a formação inicial de professores para uma futura atuação nesse cenário mostra-se uma temática essencial e urgente na atualidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Liana Correia Roquete de. **Da privação da Liberdade à Privação do Direito à Educação**: a Política de Escolarização na Medida Socioeducativa de internação no DF. 2022. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/45270>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

ANDRADE, Érika Ferreira Claudino de et al. **Educação e Histórias de Vida de Mulheres em Situação de Privação de Liberdade**, 2023. Disponível em: <https://bdt.d.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/3330/2/ÉrikaFerreiraClaudinoDissertacao2023.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS NETO, Ismael Teixeira. **Ilhas de Esperança em um Mar de Agonia**: Educação em/Para os Direitos Humanos nos Cursos de Formação Continuada em Escolas prisionais no estado de Pernambuco, 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes. Disponível em: <https://mestrados.unit.br/pped/wp-content/uploads/sites/2/2025/04/Ismael-Teixeira-Barros-Neto.pdf?hsCtaTracking=1ea54489-6147-4aac-a37f-8c87bc41eac%7C2468c07c-6949-4106-ad29-c40bac841127>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

BAYS, Ingrid. **A Educação Social e a Autonomia de Adolescentes em Medida Protetiva**: uma Concepção Freireana no Acolhimento Institucional, 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/5547/Dissertacao%20Ingrid%20Bays.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

BEETHAM, David. Democracia e os direitos humanos: direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. In: SYMONIDES, Janusz (Org.). **Direitos humanos**: novas dimensões e desafios. Brasília: UNESCO, 2003. p. 61-79.

BITENCOURT, Vanessa Colares de. **Educação Carcerária**: As Aulas da Educação de Jovens e Adultos à Luz da Pedagogia Emancipatória, 2023. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/b3c4db7a-65b9-40e5-86a7-a932b00a4f12/full>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 16. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Brasil. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22

abril de 2025.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990). 6ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008.

BRASIL. **Lei nº 7.210/1984**. Lei de Execução Penal. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

BRASIL. **Lei nº. 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a lei de execução penal. Brasília-DF: Senado, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 04 de junho de 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.594**, de 18 de Janeiro de 2012. Esta Lei institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em 24 de abril de 2025.

BRASIL. MEC/CNE/CP, Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 de dez. de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2013.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº 4/2010**. Diretrizes nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: Mec/CNE/Secad, 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 01/2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC. 2012.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 02/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. MEC. CNE. Brasília. 2015.

CABRAL, Paula. **A EJA nos Espaços de Privação e Restrição de Liberdade: As Apropriações das Diretrizes da UNESCO no Direcionamento do Trabalho de Professores(as)**, 2019. 497 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214284/PEED1407-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

CALDAS, Edla Cristina Rodrigues. **Significados das Práticas Educativas no Centro Socioeducativo de Internação Feminina em Manaus/AM: A Perspectiva das Meninas**, 2022. 218 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. Disponível em:

https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/16090/Tese%20de%20Edla%20Cristina%20Rodrigues%20Caldas_PPGE_UFSCar_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 de set. de 2024.

CÂMARA, Heleusa Figueira. Saberes, sabores, travos e ranços: a vida no currículo. In: MACHADO, Maria Margarida (Org.). **Formação de jovens e adultos**. Brasília: SECAD/MEC, UNESCO, 2008. p. 85-102.

CARVALHO, Daniela da Silva de. **Educação de Jovens e Adultos: Ressocialização e Prática Docente no Contexto de Privação de Liberdade**, 2023. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023. Disponível em:

<http://repositorio.ufpi.br:8080/bitstream/handle/123456789/3518/Arquivo%203%20-%20Dissertação%20Completa.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

CHAUÍ, Marilena. Direitos humanos e Educação. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 10, n. 2, p. 23-26, 2022.

CONTRERAS, Jose. **A Autonomia de Professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

Conselho Nacional de Educação - CNE, Texto orientador para as Diretrizes de Educação em Direitos Humanos, 2011.

COUSEN, Rafael Pereira. **Ética e Política de Formação de Professores: Reflexões a partir de Martin Buber**, 2023. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Disponível em: <https://argo.furg.br/?BDTD13669>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

CUNHA, E. M. **Educação e direitos humanos: desafios para a formação docente em contextos de exclusão**. São Paulo: Cortez, 2019.

DE JESUS, E. A. Reflexões sobre a Realidade Carcerária Brasileira: O Estado Atual dos Presídios Brasileiros. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p.350–362, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8360762. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/60>. Acesso em: 04 de junho 2024.

ELY, Deise Fabiana. Caracterização do ambiente microclimático do Campus da Universidade Estadual de Londrina (PR) na situação de inverno do ano de 1999. **Geografia (Londrina)**, v. 9, n. 2, p. 143-150, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10167>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Estudos avançados em segurança pública [livro eletrônico] / **Academia Estadual de**

Segurança Pública do Ceará; organizadores, Ana Paula Silva Santos Barroso ... [et al.]. – Fortaleza: ALECE, INESP, 2024.

FERREIRA, C. A.; LIMA, T. G. Currículo, exclusão e privação de liberdade: entre silêncios e possibilidades. **Educação e Sociedade**, v. 42, e022051, 2021.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024.

FRANCO, K., CARMO, A., & Medeiros, J. L. (2013). Pesquisa qualitativa em educação: breves considerações acerca da metodologia materialismo histórico e dialético. **Revista Sapiência**, Iporá, 2(2).

FRANCO, Suzana Diniz Brunes. **Pedagogia Social e Práticas Docentes Diante de Alunos em Vulnerabilidade Social**, 2023. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/28632>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GAMBOA, Silvio A. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores: condições e problemas atuais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010.

GONÇALVES, L. F.; REIS, P. M. Formação docente e educação em direitos humanos: práticas possíveis no cárcere. **Revista Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 58, p. 90-105, 2020.

IRELAND, T. D. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 19-39, nov., 2011. [Dossiê Educação em prisões, organizado por IRELAND, T. D.].

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Uma visão socioeducativa da educação como programa de reinserção social na política de execução penal. *Vertentes (UFSJ)*, v. 35, p. 108-120, 2010. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_35/resumo-abstract_elionaldo.pdf. Acesso em: 2 de novembro de 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LONDRINA. Universidade Estadual de Londrina. **Resolução CEPE/CA nº 01/2023**. Reformula o Projeto Pedagógico do Curso de Computação – Modalidade Licenciatura

/ EAD, a ser implantado a partir do ano letivo de 2023. Londrina, 2023. Disponível em: https://sites.uel.br/prograd/wp-content/uploads/documentos/resolucoes/2023/resolucao_01_23.pdf. Acesso em: 4 jul. 2025.

MARQUES, Waldemar. O quantitativo e o Qualitativo na Pesquisa Educacional. **Revista Avaliação**. V. 2, nº 3(5), 1997.

MAYER, Marc de. Prólogo. In: RANGEL, H. (Coord.). Mapa Regional latinoamericano sobre educación en prisiones. Notas para el análisis de la situación y la problemática regional. **Centre International d'études pédagogiques (CIEP)**, 2009.

MORAES, Luciana Ferreira da Silva. **Necessidades Formativas de Professores que Atuam nos Espaços de Privação de Liberdade em Cuiabá e Várzea Grande-MT**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12791>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

NACARATO, Adair Mendes; PASSOS, Cármen Lucia Brancaglioni. A geometria nas séries iniciais: a análise sob a perspectiva da prática pedagógica e da formação de professores. São Carlos (SP): **EdUFSCar**, 2003.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 22 abril 2025.

OLIVEIRA, L. M. **Educação e Cárcere: Desafios Para a Prática Docente no Sistema Prisional**. São Paulo: Cortez, 2018.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. **Cadernos Cedes**, v. 35, p. 239-255, 2015.

O que precisamos saber sobre a presença de estudantes privados de liberdade na UEL? / Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Estudantes com Privação de Liberdade; organização: Andréa Pires Rocha, Maria Elisa Wotzasek Cestari; colabores: Adriane Maciel Gomes... [et al.]; créditos das imagens: Canva. – Londrina: UEL, 2021. 18p.: il.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Escola de Educação em Direitos Humanos. Comitê de Educação em Direitos Humanos. Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Paraná. Curitiba : Secretaria de Estado da Educação; Conselho Estadual de Educação do Paraná, 2015, 70 p.

QUITETE, Thainá Maria da Silva. **A Formação Docente na Universidade: Reflexões Discentes na Perspectiva da Pedagogia Social**. 2023. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/29152>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

REGO, Diego do. **Representações Sociais Sobre o Ensino e Processos Identitários de Estudantes de Pedagogia**, 2020. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30071>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

Relatório de Informações Penais - RELIPEN. **Secretaria Nacional de Políticas Penas & Diretoria de Inteligência Penitenciária**. 15º Ciclo SISDEPEN – Período de Referência: Julho a Dezembro de 2023. Brasília, 2024.

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2 DE JULHO DE 2019 (*) Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. MEC. CNE. Brasília. 2019.

SACAVINO, S. Educação em Direitos Humanos e Democracia. In: CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (orgs.) Educar em Direitos Humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2. ed. 2003.

SANTOS, Sílvio dos. A Educação Escolar na Prisão sob a Ótica dos Detentos. In: ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). Educação Escolar entre as Grades. São Carlos: **EdUFSCar**, 2007. P. 93-110.

SCARFÓ, Francisco J. El derecho a la educación em las cárceles como garantía de la educación em derechos humanos. (EDH). **Revista IIDH**, San José, Costa Rica, v.36, p.1-35, jul.-dez. 2003. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r06835-11.pdf>. Acesso em: 01 de nov. de 2023.

SILVA, M. R.; ARAÚJO, D. F. Formação docente e educação em prisões: reflexões a partir da prática. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, n. 80, p. 85-102, 2020.

SILVA, Roberto da; MOREIRA, Fábio Aparecido. O projeto político-pedagógico para a educação em prisões. **Em Aberto**. Brasília, v. 24, nº 86, p. 89-103, 2011.

SILVEIRA, Jonathan. **Práticas Educativas em Espaços de Privação de Liberdade: Uma Revisão Sistemática de Teses e Dissertações na Área da Educação**, 2023. 68 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/3695/1/Jonathan%20Linhares%20Silveira.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

SILVEIRA, Maria Caroline Aguiar da. **Formação Inicial de Professores de História: Organizações Curriculares e Saberes Constituintes**, 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Disponível em: <http://www.ub.edu/obipd/wp-content/uploads/2020/03/0000013345.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

SOUSA, V. A. **Docência e dignidade humana: a educação como direito nas prisões brasileiras**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

SOUZA, Roberta V. P. A. **O ensino formal da Fundação CASA e a Interdisciplinaridade como busca de sentido para um novo Currículo.** Dissertação (mestrado em Educação: Currículo). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2011. Disponível em: https://www5.pucsp.br/gepi/downloads/TESES_CONCLUIDAS/Dissertacao_Roberta.pdf. Acesso em: 18 de set. de 2012.

SZABÓ, Ilona; RISSO, Melina. **Segurança pública para virar o jogo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Ato Executivo n. 048/2025. Disponível em: <https://sistemas.uel.br/files/atonormativo/ATO-EXECUTIVO/2025/048.pdf>. Londrina, 2025. Acesso em: 09 de dez. de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2019) – Artes Visuais. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2019-artes-visuais/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2019) – Ciências Sociais. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2019-ciencias-sociais-licenciatura/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2019) – Educação Física. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2019-educacao-fisica-licenciatura/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2019) – Física. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2019-fisica-licenciatura/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2019) – Geografia. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2019-geografia-licenciatura/>. Acesso em 24 de setembro de 2024.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2019) – História. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2019-historia/>. Acesso em 06 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2019) – Letras/Espanhol. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2019-letras-espanhol/>. Acesso em 10 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2019) – Letras/Inglês. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2019-letras-ingles/>. Acesso em 11 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação

(2019) – Letras/Português. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2019-letras-portugues/>. Acesso em 12 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2019) – Matemática. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2019-matematica-licenciatura/>. Acesso em 13 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2019) – Música. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2019-musica/>. Acesso em 14 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2019) – Pedagogia. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2019-pedagogia/>. Acesso em 17 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2019) – Química. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2019-quimica-licenciatura/>. Acesso em 17 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2019) – Ciências Biológicas. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2019-ciencias-biologicas-licenciatura/>. Acesso em 18 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2019) – Filosofia. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2019-filosofia/>. Acesso em 19 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2024) – Letras/Português. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2024-letras-portugues/>. Acesso em 12 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2021) – História. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2021-historia/>. Acesso em 06 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2023) – Artes Visuais. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-artes-visuais/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2023) – Ciências Sociais. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-ciencias-sociais-licenciatura/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2023) – Educação Física. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-educacao-fisica-bacharelado-e-licenciatura/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2023) – Física. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-fisica-licenciatura/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2023) – Geografia. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-geografia-licenciatura/>. Acesso em 24 de setembro de 2024.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2023) – História. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-historia/>. Acesso em 06 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2023) – Letras/Espanhol. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-letras-espanhol/>. Acesso em 10 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2023) – Letras/Inglês. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-letras-ingles/>. Acesso em 11 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2023) – Letras/Português. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-letras-portugues/>. Acesso em 12 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2023) – Matemática. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-matematica-licenciatura/>. Acesso em 13 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2023) – Música. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-musica/>. Acesso em 14 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2023) – Pedagogia. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-pedagogia/>. Acesso em 17 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2023) – Química. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-quimica-licenciatura/>. Acesso em 17 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2023) – Ciências Biológicas. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-ciencias-biologicas-licenciatura/>. Acesso em 18 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação (2023) – Filosofia. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-filosofia/>. Acesso em 19 de março de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Catálogo dos Cursos de Graduação

(2023) – Computação (EAD). Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/catalogo-dos-cursos-de-graduacao-2023-computacao-licenciatura-ead/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Conheça a UEL. Disponível em: <https://portal.uel.br/conheca-a-uel/>. Acesso em: 24 set. 2024.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Consulta de projetos de ensino – UEL. Sistemas Web UEL. Disponível em: https://www.sistemasweb.uel.br/index.php?contents=system/prj/ens/index.php&pagina=ens_qry_departamento1.php. Acesso em: 09 dez. 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Consulta de projetos de extensão – UEL. Sistemas Web UEL. Disponível em: https://www.sistemasweb.uel.br/index.php?contents=system/prj/pex/index.php&pagina=pex_qry_departamento1.php. Acesso em: 09 dez. 2025.

Universidade Estadual de Londrina - UEL. Consulta de projetos de pesquisa – UEL. Sistemas Web UEL. Disponível em: https://www.sistemasweb.uel.br/index.php?contents=system/prj/pes/index.php&pagina=pes_qry_departamento1.php. Acesso em: 09 dez. 2025.

VENTURA, Jaqueline; RUMMERT, Sonia Maria. Considerações político-pedagógicas sobre as especificidades da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores. In: SOUZA, José dos Santos; SALES, Sandra Regina (Orgs.). **Educação de jovens e adultos: políticas e práticas educativas.** Rio de Janeiro: NAU Editora, EDUR, 2011, p. 67-85.

VITORETTI, Edson. UEL está na 1ª colocação entre universidades públicas estaduais do Sul do Brasil. **O Perobal – UEL**, 16 out. 2025. Disponível em: <https://operobal.uel.br/internacional/2025/10/16/uel-esta-na-1a-colocacao-entre-universidades-publicas-estaduais-do-sul-do-brasil/>. Acesso em: 09 de dez. de 2025.